

SESSÕES DO PLENÁRIO

71ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Waldenor Pereira e Zé Neto. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 13/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência na sessão do dia 13/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito pelo tempo de 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes. (Pausa) Concedo a permuta. O primeiro orador será o deputado Álvaro Gomes, pelo mesmo tempo.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria inicialmente dizer que hoje estou dando entrada a duas moções. Uma do Dia do Psicólogo, amanhã, quando estarei participando de um encontro da Unale para discutir exatamente os projetos de parlamentares. A outra moção é do Dia do Bancário, 28 de agosto.

Então, são dois segmentos de grande importância para a sociedade, o psicólogo e o bancário. São datas importantes, fundamentais. Portanto, estou dando entrada a essas duas moções para registrar esses dois dias. Os bancários inclusive se encontram em campanha salarial, já com algumas reuniões feitas com as direções dos bancos. Mas até o momento não se obteve nenhum resultado positivo.

A categoria bancária está lutando. A data-base é primeiro de setembro. Já estive participando de algumas atividades da classe. No último final de semana, participei do encontro dos novos bancários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco do Nordeste. E também participei de atividades da campanha salarial nas agências bancárias e na Praça da Inglaterra, onde poucos dias atrás foi realizado um ato reivindicatório. Entendemos que os bancários precisam ter suas reivindicações atendidas, porque o segmento financeiro continua sendo o mais beneficiado da sociedade.

Estamos enfrentando uma grande crise, que não ocorreu aqui no nosso Estado nem no nosso País, mas estourou no coração do capitalismo dos Estados Unidos. Porém os reflexos dessa crise nós enfrentamos. E temos consciência de que os trabalhadores não podem pagar pela crise do capital, não devem pagar por esta crise que não é de responsabilidade dos assalariados.

Por isso, os bancários estão em campanha salarial contra um segmento que é beneficiado. Estourou a crise, os seus reflexos são sentidos por todos, mas os bancos continuam intactos, com a sua alta lucratividade no Brasil. Portanto, eles podem atender as reivindicações da categoria e dos seus clientes. Em toda campanha salarial fazemos questão de incluir na pauta de reivindicações itens referentes à clientela para melhorar o atendimento bancário. Os clientes são explorados, pagam taxas por todos os serviços que são oferecidos pelos bancos, inclusive na *Internet* e no auto-atendimento. É preciso que se acabe essa exploração, é preciso que os bancos ofereçam atendimento de qualidade aos clientes reduzindo as filas. Para isso já existem iniciativas, já existem leis e projetos de lei na Assembleia Legislativa, de minha autoria, no sentido de melhorar o atendimento bancário, reduzindo o tempo de espera nas filas dos bancos.

Os bancários estão de parabéns pela combatividade, pela garra, pela campanha salarial que realizam neste momento, buscando melhores salários, melhores

condições de trabalho e também melhor atendimento para os clientes. É a campanha salarial dos bancários. Vinte e oito de agosto é o Dia do Bancário, um dia marcado por muitas lutas, muitas conquistas, muitas vitórias dos bancários e dos trabalhadores brasileiros.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Fernando Torres, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, deputado Euclides Fernandes, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, venho novamente a esta tribuna para falar sobre a segurança pública de Feira de Santana. Hoje é dia 26, deputada Eliana Boaventura, deputada atuante de Feira de Santana, e foram exatamente 26 mortos este mês. Está morrendo uma pessoa por dia em Feira de Santana, assassinatos decorrentes do crime organizado, de brigas de gangues, fruto da má segurança pública que predomina naquela cidade. É, realmente, um absurdo Feira de Santana estar dessa forma! No mês passado, morreram 35 pessoas, deputado Jurandy. Foram assassinadas 35 pessoas no mês passado. Neste mês, dia 26, já ocorreram 26 mortes. Um assassinato por dia em Feira de Santana!

O prefeito de Feira de Santana, Tarcízio Pimenta, nesta semana, estará doando à Polícia Militar de Feira de Santana oito viaturas. Oito viaturas serão doadas pelo prefeito de Feira de Santana, Tarcízio Pimenta, à Polícia Militar. Este seria o papel do governo Jaques Wagner, mas o prefeito Tarcízio, sensibilizado com o problema da cidade, está fazendo um convênio e doando, deputado Gildásio Penedo, oito viaturas para a polícia de cada distrito de Feira. Se a cidade não tem viatura de polícia, imaginem os distritos! Os distritos estão, realmente, entregues... Eles estão a pé tentando coibir o crime em Feira de Santana. Parabenizo, portanto, o prefeito Tarcízio Pimenta por essa atitude. Parabenizo o prefeito Tarcízio que sensibilizado com o problema da insegurança em Feira - o governo do Estado não o está, não lembra da segurança pública -, deputada Eliana, está doando oito viaturas para a polícia.

Espero que não falte gasolina nessas viaturas, espero que não falem policiais para andar nessas viaturas. Agora tem viatura para os distritos. Subo aqui para parabenizar essa atitude do prefeito Tarcízio Pimenta. Enquanto isso, lá em Brasília, o governo do PT, deputado João Carlos Bacelar, está querendo mais um imposto para a população: voltar o famoso imposto do cheque. O governo do PT de Waldenor, que é meu amigo, meu ex-Líder, está muito guloso, nobre presidente. O PT está querendo dinheiro, está pensando muito em arrecadar e não está pensando na população, está pensando em arrecadar. Vai ser aprovado, deputado Jurandy, em ponto dez, começa assim, ponto dez, depois ponto vinte, depois ponto trinta, por último a CPMF era 1.38. Vai ser aprovado ponto dez.

A Oposição, em Brasília, está contrária a esse imposto porque o País não precisa mais de arrecadar imposto, precisa botar para funcionar a máquina, enxugar a máquina porque está inchada e administrar melhor.

Para V.Ex^{as} terem uma ideia, o combustível, a gasolina era para ser metade do

preço. O barril de petróleo custava 140 dólares, enquanto hoje custa 70 dólares. Por aí dá para fazer uma conta rápida e ver que a gasolina no Brasil está caríssima. Por que, deputado Euclides Fernandes? Porque a carga tributária, a ganância do PT e do governo federal são grandes, a ganância em arrecadar imposto é grande.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Para finalizar, Sr. Presidente. Isso faz com que a carga tributária no País seja altíssima e o combustível do Brasil hoje é o mais caro do mundo devido a carga tributária. Nós sabemos disso. Sabemos que a carga tributária é altíssima, deputado Elmar Nascimento. O barril de petróleo custava 140 dólares e hoje custa 70. Por que a gasolina não custa a metade do preço? Porque a ânsia de arrecadar é grande, a vontade de arrecadar é grande.

Mas espero que o próximo governo, o governo de Serra, o governo de Paulo Souto ou até o governo do Ministro Geddel melhore isso, tenha vontade de arrecadar, mas tenha também vontade de trabalhar pelo povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo cedido, muito obrigado a V.Ex^{as}.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes):- Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Eliana, queria saudar aqui dois amigos vereadores mais votados em Campo Formoso, vereador Valnei e vereador Júnior, nesta tribuna, aqui hoje, nesta tarde nos prestigiando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que muitos de vocês, deputado Jurandy Oliveira, estão sabendo o que está acontecendo com a outrora respeitada Empresa Brasileira de Correios. A nossa Empresa de Correios era uma das empresas do governo com mais credibilidade, não sei o que está acontecendo, gostaria que o nosso colega, deputado Isaac Cunha, de Jequié, estivesse aqui nesta tarde, ele como funcionário daquela empresa pode esclarecer o que está acontecendo com a Empresa de Correios.

Campo Formoso é uma das principais cidades da Bahia. Para vocês terem uma ideia, digo isso, porque se está a acontecer em Campo Formoso, imaginem o que está acontecendo na maioria dos municípios da Bahia, deputado Jurandy. Eu não estou mandando mais as correspondências para os Correios. Contratei um carteiro à parte, deputado Gilberto. Tive que contratar um funcionário à parte para distribuir as correspondências do nosso gabinete, porque os correios de Campo Formoso, tenho notícia de que está acontecendo em vários municípios da Bahia, está em processo de sucateamento, de falta de pessoal.

Então, os Correios que eram respeitados como uma das melhores empresas do governo no Brasil inteiro, hoje estão nesse processo. Eu não sei a quem interessa. Não sei se é para privatizar mais tarde, mas, esta é a realidade.

Eu queria também, Srs. Deputados, falar sobre a falta de segurança na Bahia, porque isso não é culpa do governador Wagner, e sim do crescimento geométrico da

população e da queda da receita. Deputado Gilberto, V.Ex^a conhece como ninguém a segurança pública. O governador aumentou a folha de pessoal em mais de 15% em relação a 2008 e somente, agora, no primeiro semestre de 2009 atendeu aos diversos apelos de várias categorias. Infelizmente, ainda falta muito a ser atendido, pois é impossível com a queda da receita que a Bahia e o Brasil tiveram de 2008 para cá.

Mas tenho certeza, deputados Gildásio e Waldenor, de que o governador está fazendo o máximo para atender à população da Bahia uma vez que já comprou mais de 500 viaturas. É claro que ainda faltam muito mais. Ele já convocou mais de 3.000 soldados e há mais 3.000 em formação. Não podemos culpar a administração do governo Wagner pela segurança pública, pois isso é um problema nacional, deputada Eliana. Temos observado diariamente em toda a imprensa nacional que os índices de violência são assombrosos não só na Bahia mas em todo o território nacional. E o governador Wagner, tenho certeza, está fazendo o possível dentro das possibilidades orçamentárias do Estado para atender à população.

É óbvio que nenhum governador tem condições de mudar, em dois anos, a segurança do Estado. Tenho certeza de que, até o final deste primeiro mandato do governador Wagner, muita coisa ainda será realizada nesta e em outras áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Euclides Fernandes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente, por favor, qual é a ordem dos oradores no Pequeno Expediente?

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- O primeiro orador inscrito foi o deputado Álvaro Gomes, o segundo, deputado Fernando Torres; o terceiro seria o deputado João Carlos Bacelar mas quem falou foi o deputado Adolfo Menezes que era o quarto e V.Ex^a será o quinto orador a falar.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Está aceita a explicação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos da injusta distribuição de receitas na federação brasileira. A união fica com 60% das receitas; o estado com 25% e os municípios somente 15%. E esta injusta distribuição na Bahia é agravada, porque o governador Wagner não cumpre a sua obrigação como governador e repassa para os municípios obrigações que são do Estado da Bahia.

Estive, na segunda-feira, acompanhando os deputados Júnior Magalhães e Heraldo Rocha, em Candeias e lá estavam representantes de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus e São Sebastião do Passé. E todos, repito, todos reclamam

que, por exemplo, deputado Elmar, as ações da área de segurança pública no interior do Estado são bancadas pelas prefeituras: viaturas, conserto de viaturas, combustível e agora, o que é pior, as prefeituras deputado Misael, têm de remunerar a Polícia Militar e a Polícia Civil. Esse é o maior absurdo que o governo Wagner implanta na Bahia.

Não há delegado, não há comandante de companhia que vá ao interior sem que as prefeituras complementem os seus salários. É essa a injusta situação do Estado, e isso contribui também para quebrar com todo sistema de hierarquia da Polícia Militar.

Pergunto ao deputado Misael, nobre deputado que preside esta sessão: o major comandante da Companhia Independente, por exemplo, de Juazeiro, irá responder, irá obedecer ao seu comando ou aos interesses do prefeito que lhe paga o salário por fora, incentivando o verdadeiro sistema de ilegalidade no Estado da Bahia?

As viaturas da polícia estão caindo aos pedaços, só têm direito a 20 litros de gasolina por dia, o que obriga as prefeituras a desviarem recursos do município para cobrir obrigações do Estado.

Os prefeitos, a UPB, principalmente, precisa reagir contra esse estado de coisas. Os prefeitos ficam amedrontados de enfrentar tal situação porque, infelizmente, a violência que ocorre lá está refletindo na sua administração e na sua pessoa. Enquanto isso, o Sr. Governador, como nunca se viu neste Estado, faz uma farra de propaganda, e o que é pior, deputado Heraldo Rocha, além do excesso de veiculação de publicidade, é uma propaganda mentirosa, porque o governador não cumpre com as suas obrigações, porque o governador só pensa em fazer política, porque o governador só pensa em dividir a máquina administrativa do Estado para, cada vez mais, cooptar partidos para lhe darem sustentação.

Infelizmente, é o recurso público baiano indo pelo ralo, para apenas satisfazer um projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, que é useiro e vezeiro nessas práticas, haja vista, inclusive, o aparelhamento da Receita Federal. Aparelharam a Receita estadual e hoje aparelham a Receita Federal.

Quero, mais uma vez, chamar a atenção para o fato de que na área de segurança as ações na Bahia estão hoje sob a responsabilidade dos municípios, e não, volto a dizer, repetindo as palavras do ministro Geddel, “essa administração medíocre que infelicitava a Bahia”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste instante, da tribuna desta Casa, o deputado João Carlos Bacelar chamava a gestão deste governo republicano, democrático e participativo de medíocre, utilizando a palavra colocada no jornal pelo ministro Geddel Vieira Lima, eu gostaria de dizer ao nobre deputado Bacelar que isso é fruto da fantasia da Oposição, do PTN, do DEM, porque, na verdade, o que observamos em todo o Estado da Bahia é uma presença forte de ação do governo Jaques Wagner, com mudanças no modo de fazer política,

no modo de realizar a gestão pública.

Meu caro deputado Bacelar, na nossa região Sudoeste, nosso povo, nossa gente, encontra-se bastante entusiasmada com a gestão do governo Jaques Wagner. Lá no nosso município de Jequié, o governador Jaques Wagner esteve, na segunda-feira passada, acompanhado do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, grande educador, e do secretário da Educação, Osvaldo Barreto. Eles foram para a aula inaugural do curso de Medicina, uma aspiração, um anseio de toda a região Sudoeste.

Mas, Sr. Deputado Bacelar, Jequié, *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, vocacionado para a área de saúde, já existindo nesse *campus* os cursos de Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia, Educação Física e Biologia, está com toda a infraestrutura de corpo docente, laboratórios e biblioteca para receber o curso de Medicina. Sr. Bacelar, deputado estadual, o governo anterior, desprezando a condição técnica que apresentava o *campus* de Jequié para abrigar o curso de Medicina e por motivos não técnicos e, sim, políticos levou o curso para o município de Vitória da Conquista, onde está o curso com dificuldades, porque no *campus* de Vitória da Conquista, deputado Bacelar, vocacionado para serviços públicos, para a área de serviços, lá existem Direito, Contabilidade, Administração, Informática, cursos da área de serviços, e o governo anterior, o governo de V.Ex^a, levou o curso de Medicina, por isso está nessa situação precária. Não o levou para o *campus* de Jequié que estava preparado, estruturado para receber esse curso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governador Jaques Wagner corrigiu essa injustiça praticada com a região Sudoeste, mais precisamente com o município de Jequié e determinou em 2008 ao reitor Abel Rebouça que agilizasse a construção de um projeto para a implantação do curso de Medicina no *campus* de Jequié que é vocacionado para a área de saúde. O projeto foi feito e aprovado pelas instâncias técnicas, feito o primeiro vestibular com a concorrência de 27 para 1 e, segunda-feira passada, tivemos a aula inaugural com a presença de S. Ex^a o governador Jaques Wagner. A nossa comunidade, entusiasmada, alegre e satisfeita está agradecendo, reconhecendo a este grande governador Jaques Wagner, que muito tem feito por Jequié e pela nossa região.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o nobre colega deputado Clóvis Ferraz, após permuta com o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, esse governo do PT, governo Lula, só pensa em cobrar impostos. Vira e mexe, e a carga tributária está aumentando neste País, chegando a uma condição insuportável. Ele tentou, de todas as maneiras, reimplantar a CPMF, que foi derrubada pela Oposição no Senado, numa atitude responsável daqueles senadores que são verdadeiramente republicanos, porque republicano, na palavra do PT, é só na maneira de falar, pois seus membros não agem como republicanos.

Pois bem, agora a CPMF volta, travestida, para a Saúde, porque, na verdade, a primeira era para essa área, mas os recursos nunca foram destinados a ela. O governo

gasta mais do que o que arrecada, aumentando o *deficit* público, e agora quer tirar mais dinheiro do contribuinte, o qual, na verdade, não vai ser investido na Saúde, deputado Heraldo. Essa é mais uma forma de esse governo cobrar impostos, aliás, taxas disfarçadas, porque, se cobrasse impostos, esses seriam repartidos com estados, municípios. Então ele cobra taxas para que não sejam repartidas com estados e municípios.

Pois bem, está de volta a famosa CPMF, agora disfarçada de imposto para a Saúde.

Quero parabenizar o deputado ACM Neto, que, nesta semana, fez um discurso contundente, na Câmara, contra a reedição deste novo imposto, garantindo que a Oposição vai barrá-lo. Dessa vez, vamos ver se os deputados federais agem como brasileiros, pensam no povo, porque, por enquanto, nunca agiram e não têm agido assim, aprovando muitas vezes qualquer coisa que vem do Palácio do Planalto, mesmo que seja para prejudicar o povo.

Pois bem, espero que, desta vez, a Câmara não aprove esse imposto, que é o que todos os brasileiros esperam, porque, no ano que vem, haverá Esperamos, pois, que assim o façam.

Esse é o alerta que faz o deputado ACM Neto, e quero parabenizá-lo por dizer que a Oposição irá barrar o Imposto do Cheque na Câmara, porque, no Senado, temos certeza de que será barrado.

Quero que seja inserto nos Anais desta Casa o artigo do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional e vice-presidente da FIESP, Benjamin Steinbruch, que saiu em *A Tarde*, de ontem, cujo teor é o seguinte: “*Novos Impostos, Não Dá!*”

(Lê): “*Vasculhando arquivos desde 2001, observo que abordei o tema da CPMF (contribuição provisória sobre movimentação financeira) em 19 oportunidades em artigos neste espaço. Esta será, portanto, a 20ª vez, porque se articula a recriação do imposto.*

É preciso reconhecer: impostos são mesmos difíceis de matar no País. Foi uma proeza a decisão tomada em Brasília, na madrugada de 13 de dezembro de 2007, quando o Senado derrubou, por 45 votos contra 34, a emenda constitucional que prorrogaria a vigência da CPMF até 2011. Até onde a memória alcança, não havia notícia sobre a eliminação de um imposto importante na história do país.

Morta há quase dois anos, porém, a CPMF nunca descansou em paz. Na semana passada, materializou-se mais uma iniciativa para tentar ressuscitá-la. Bancadas governistas manifestaram-se a favor da votação de destaque da emenda constitucional nº 29, que destina mais recursos à saúde, pelo que será criada a CSS (Contribuição Social para a Saúde).”

Vejam, senhores, é uma CPMF disfarçada! A emenda que destina recursos para a saúde já foi votada nas comissões da Câmara; agora a Comissão de Saúde encaminhará ao Plenário a qualquer momento, quando poderá ser aprovada. Observem, tem que ser recursos do Orçamento, sem criar uma nova taxa, no caso, essa Contribuição Social para a Saúde, que será de 0,10% sobre todos os cheques de qualquer cidadão, seja ele pobre ou rico.

É um imposto cumulativo, não fica somente nesse percentual de 0,10%, porque atinge também as pequenas, médias e grandes empresas. Isso reflete na folha de pagamento e, por sua vez, no preço das mercadorias. Então, reitero, é um imposto cumulativo! Esperamos que a Câmara Federal barre essa esdrúxula taxa que o Sr. Lula quer editar. O Senado já barrou uma vez, esperamos agora que os deputados federais, pelo menos dessa vez, façam valer o mandato que eles receberam da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Misael Neto):- Com a palavra o deputado Gilberto Brito, por até 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Meu prezado presidente Misael, o deputado Clóvis Ferraz, quando descia desta tribuna, apreciou um delicioso copo com água bem gelada, que, com certeza, deputado Gildásio, é fruto da Embasa.

Pois bem, venho hoje aqui para, por dever de justiça, cumprimentar não somente a direção da Embasa, mas também todo o seu corpo administrativo pela classificação como a 5ª melhor empresa do segmento de serviço público do País. Essa empresa e a CERB, deputado José Nunes, são verdadeiras vanguardas do bem-estar da sociedade baiana, sobretudo no aspecto do abastecimento de água para consumo humano.

Tive a oportunidade, em 1993, ainda prefeito de minha terra, de indagar da Embasa, quando da realização de uma adutora de derivação de água de Paramirim para Botuporã, passando pelas proximidades de uma comunidade rural de Cipó, quanto à possibilidade de instalarmos água tratada naquela comunidade de Cipó. À época, fui informado da impossibilidade, uma vez que a Embasa somente abastecia, deputado Waldenor, as comunidades urbanas, e as rurais ficavam adstrita somente à Cerb, que, por sua vez, já vinha desenvolvendo no Estado, inclusive em Paramirim, um precioso trabalho.

Fui à Embasa, ponderei, argumentei, insisti, e de lá para cá a Embasa, sensibilizada que é com as questões para as quais ela existe, como o abastecimento de água humano, trazendo, incontestavelmente para a saúde pública, uma redução substancial na infestação das pessoas por parasitas. Acolheu, implantou o centro de abastecimento de água da comunidade de Cipó e nós temos hoje em Paramirim, deputado Zé Nunes, 85 comunidades rurais, todas com água encanada, das quais 58 com água da Embasa. E isso não fica adstrito somente ao município. A Embasa tem sido de forma progressiva e incontestável, independente de qualquer circunstância, uma defensora do bem da sociedade. V.Exª diz que já vinha de antes e é verdade. Eu ratifico, dizendo que antes fazia e continua fazendo o bem, preocupada que é com o bem de todos, independente de cor e de matriz partidária, até porque V.Exª sabe que esse aspecto não muito afeta o meu pensamento e as minhas colocações.

Eu sou homem investido basicamente da preocupação com o bem coletivo, o bem social. Pouco a mim importa o partido. Não tenho paixão por nenhum deles. E

digo: Acho que o importante é quem está à frente e se anteriormente esteve o presidente da Embasa preocupado com o bem, agora também tem um outro presidente, uma outra equipe preocupada com o bem.

Eu não poderia me furtar de forma nenhuma de vir aqui prestar justiça à direção da Embasa, aos servidores da Embasa, a todos, daqueles que ocupam o mais alto ao cargo de menor de relevância dentro da administração. A Embasa é uma empresa estritamente profissional, preocupada em levar o bem, preocupada com a saúde, com o saneamento e eu não poderia deixar nesse momento aqui de cumprimentar o presidente Abelardo; o chefe de Gabinete, meu prezado e querido amigo, Luiz Teles, uma das pessoas de maiores virtudes que encontrei até hoje ao longo da minha vida, por todos os motivos.

Não poderia me furtar de cumprimentar Eduardo, diretor de obras; Luiz Geraldo; Paulo. Não poderia deixar de cumprimentar inúmeros profissionais da Embasa. Todos fazendo história, para o bem da Bahia, da Embasa e dos baianos. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Misael Neto pelo tempo que resta, 3 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o tempo é curto, mas não poderia deixar de vir aqui a esta tribuna, neste momento, deputado Heraldo Rocha, porque estava em meu Gabinete agora vendo as notícias da minha região, deputado João Carlos Bacelar, fiquei estarecido com a notícia que li e peço até a atenção do Líder do Governo, deputado Waldenor.

Quando estava acessando a um blog da região, o Diário da Região de Juazeiro, fiquei estarecido com uma notícia. Evito vir aqui a esta tribuna para tratar de questões locais, até mesmo quando provocado algumas vezes, vim aqui dar a resposta, mas sempre dizendo que não achava que fosse interessante discutir questões locais.

Mas isso aqui vai além, deputado Gildásio Penedo. No último final de semana, o prefeito de Sobradinho, prefeito Genilson, foi afastado do cargo. Conseguiu logo no domingo o retorno à Casa através de um recurso no Tribunal de Justiça e está estampado em todos os jornais da região de Juazeiro: (lê): “O prefeito Genilson, às 17 horas do domingo, chegou à cidade de Sobradinho em um avião cedido pela Casa Civil do Governo do Estado da Bahia”.

Então, deputado João Carlos Bacelar, quando falamos que falta dinheiro para contratar professores, delegados da Polícia Civil e equipar melhor nossa gloriosa Polícia Militar, o governador Jaques Wagner está pagando avião, num dia de domingo, para levar o prefeito do PT para fazer festa em Sobradinho depois de ter sido afastado do cargo.

O tempo era curto, mas não poderia deixar de fazer esse registro na tarde de hoje, Sr^a Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero em primeiro lugar saudar o vereador do município de Riacho de Santana, o companheiro Edilson, que se encontra presente às Galerias Paulo Jackson. Cumprimento também o companheiro Fabinho, liderança do município de Riacho de Santana e que foi nosso candidato a vice-prefeito lá, bem como os demais senhores presentes e a imprensa.

Trago uma pesquisa realizada pela Firjan, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a que tive acesso hoje com detalhes, para conhecimento deste Legislativo. Ela deixa a administração do governo Paulo Souto em maus lençóis.

A pesquisa apresentada pela entidade é reconhecida nacionalmente e elaborada sob a égide de uma metodologia científica respeitada, até porque tem a participação de acadêmicos e pesquisadores. Sua realização baseada em dados estatísticos oficiais desmonta o discurso... Aliás, destacaria o esforço sobre-humano da Oposição em realizar um discurso para tentar caracterizar a gestão do governador Paulo Souto como eficiente e competente.

O estudo que apresentarei neste Grande Expediente, Srs. Deputados, realizado anualmente pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro sobre todos os Estados da Federação, inclusive o da Bahia, joga por terra todo o empenho dos meus nobres colegas deputados oposicionistas para tentar caracterizar a eficiência do governo Paulo Souto.

A referida pesquisa leva em consideração algumas variáveis fundamentais para caracterizar o Índice de Desenvolvimento Municipal de todos os municípios brasileiros. Considera, em primeiro lugar, variáveis relativas ao emprego e à renda.

Quanto a esses dois itens, a pesquisa leva em consideração a geração de emprego formal, o estoque de emprego formal e os salários médios pagos pelo emprego formal no Estado da Bahia.

Uma segunda variável diz respeito à educação. Nesse sentido a pesquisa vai a fundo na avaliação das seguintes variáveis: taxa de matrículas na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com Ensino Superior, média de horas-aula diárias e o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil (IDEB).

Quanto à temática da saúde, são as seguintes as variáveis avaliadas pela pesquisa: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis. Essa pesquisa, que utiliza essa metodologia tendo como

preocupação principal o emprego e a renda, a educação e a saúde, revela Sr^{as} e Srs. Deputados, companheiros que se encontram nas Galerias, ouvintes e telespectadores da *TV Assembleia*, senhores e senhoras que acompanham as sessões da Assembleia Legislativa pela internet, dados estarrecedores. São dados de uma pesquisa realizada pelo Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e estão aqui disponíveis. Apresentarei em seguida à imprensa para a devida comprovação.

Por exemplo, no quadro geral, o Estado da Bahia, em 2005, ostentava a classificação de 18º Estado da Federação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. No ano de 2006, o Estado da Bahia perdeu 4 pontos na classificação. Pula de 18º para 22º Estado no índice levantado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

No que diz respeito a emprego e a renda, o Estado da Bahia, no ano de 2006, reduziu a sua participação em 11,5%. No que diz respeito a educação, o Estado da Bahia comparativamente entre 2006 e 2005, reduziu a sua participação em 1,2%.

O Estado da Bahia no ano 2005 para 2006 perdeu 4 pontos na classificação quando considerada todas as unidades da Federação. Vigésimo segundo lugar, só perdendo para os Estados do Maranhão, Piauí, Amapá e Alagoas. Esta é a dura realidade apresentada pela pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro relativa ao período do governo Paulo Souto, relativa ao período da administração cantada e decantada pela Oposição como uma administração eficiente, como uma administração competente, como uma administração que, segundo eles, mudou a Bahia.

Não é isso que diz a pesquisa de uma instituição séria, respeitável, isenta, como é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Mas não é só isso, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, telespectadores presentes às Galerias. Quando se compara o período 2000 a 2006, no que diz respeito aos índices de uma forma geral, o Estado da Bahia se classifica em 26º lugar. Quando se leva em consideração a questão da saúde, o Estado da Bahia se classifica nesse período de 2000 a 2006 em 23º lugar entre as 27 unidades da Federação. Quando se levam em consideração o emprego e a renda de 2000 a 2006, o Estado da Bahia se classifica em 25º. São resultados científicos, resultados de pesquisa elaborada, subordinada a uma metodologia inquestionável, que revela de forma transparente, na sua plenitude, o que representou de fato a administração do governador Paulo Souto no Estado da Bahia.

Mas os dados não param por aí. Iremos apresentar outros dados importantes: dos 500 municípios brasileiros de menor índice de desenvolvimento, 188 são baianos, repito, dos 500 municípios de menor desenvolvimento, 188 são baianos. E o mais grave é que, em 2005, dos 100 municípios de menor desenvolvimento, 27 eram baianos; em 2006, passaram a ser 34 municípios de menor índice de desenvolvimento, o que revela que, no período da administração do governador Paulo Souto, que sempre se apresentou como uma administração eficiente, os dados científicos apresentados pelas pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro revelam exatamente o contrário, que os índices de desenvolvimento dos nossos municípios caíram assustadoramente.

A pesquisa é longa, são muitos os dados que ela traz no seu bojo e que merecem naturalmente apresentarmos com maior detalhe e maior cuidado. Por exemplo, dos 100 municípios com maior desenvolvimento no Brasil, no período do governo Paulo Souto, nenhum município baiano consta dessa relação, nem a capital do Estado, nem Salvador consta da relação dos 100 municípios de maior desenvolvimento do Brasil. Repito que são dados estarrecedores.

Essa pesquisa foi apresentada no dia de ontem nos *blogs*, na imprensa, nos foi trazida inclusive pelo *blog*, por escrito - quero parabenizar - e depois repercutida pelo *Bahia Já*, pelo *Política Livre* e revela com clareza, transparência, minúcia e detalhes a verdadeira face do que representou a administração do governador Paulo Souto na Bahia.

Não sou eu que estou dizendo, estou interpretando dados de uma pesquisa que está disponível no *site* www.firjan.org.br. É o *site* da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que revela dados estarrecedores, revela, infelizmente, o que representou a administração do governo anterior, que classificou o nosso Estado em situação, em posição tão desfavorável, aliás, em posições muitas vezes tão vergonhosas quando comparadas com outros estados da Federação, inclusive, estados nordestinos, que economicamente são possuidores de produções, de PIBs, muito inferiores ao do Estado da Bahia.

A pesquisa da Federação das Indústrias nos apresenta de fato a configuração de uma administração que se apresentou na mídia como eficiente, competente, racional, como uma administração capaz de modernizar a gestão pública da Bahia, mas que, de fato, quando cotejada cientificamente não só por essa pesquisa - essa é mais uma das pesquisas que apresentamos neste Plenário, de forma respeitosa - porque não estamos nos dirigindo pessoalmente a ninguém, estamos questionando, criticando uma administração pública, a gestão de um governo, de um projeto político que infelizmente acabou resultando na possibilitar de o nosso Estado da Bahia ostentar os piores indicadores sociais no Brasil. É por isso que o Estado da Bahia ainda hoje é o campeão nacional de analfabetismo, com mais de 2 milhões de baianos com mais de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever.

É por essa administração que a Bahia ainda ostenta hoje a vergonhosa classificação de ser o terceiro estado da Federação com o maior déficit habitacional; é por isso que o Estado da Bahia é um dos campeões nacionais do desemprego, e a capital do Estado, de forma sucessiva, anos e mais anos, se classifica como a campeã nacional do desemprego; é por isso que o nosso Estado convive ainda hoje com um milhão e quatrocentas mil famílias abaixo da linha da pobreza, inclusive beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, porque é o Estado que abriga o maior número de famílias abaixo da linha de pobreza no Brasil, resultado de um modelo de desenvolvimento econômico adotado, equivocado, porque é concentrador de rendas, de capitais, porque é um modelo concentrador do ponto de vista espacial e geográfico.

A pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro revela essa dura realidade. Eu e outros parlamentares temos subido a esta tribuna para denunciar o

modelo equivocado que tem privilegiado uma pequena minoria em detrimento da maioria absoluta dos baianos que convivem com o desemprego, com o analfabetismo, com a doença, com a falta de habitação, com a pobreza de uma forma geral.

Esse é o grande desafio, vereador Edilson, Fabinho, quero cumprimentar também Dr^a Edy, procuradora do nosso município, presidente da EMURC, que se encontra hoje visitando esta Casa Legislativa, e componente do Conselho de Trânsito do Estado da Bahia. O grande desafio do governo Jaques Wagner é reverter a dura realidade que está aqui configurada por pesquisa de instituição independente, instituição autônoma. Não são dados produzidos pelo deputado Waldenor, pelo deputado Álvaro Gomes, pelo deputado Jurandy, pelo deputado Pedro Alcântara, pela deputada Ângela, não; são dados de pesquisa científica realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e revelam que a administração do governo anterior foi um desastre para a Bahia; revelam que a Bahia perde, reduz a sua participação em todos os indicadores, na saúde, na educação, na geração de emprego e de renda.

Aqui estão os dados para serem cotejados, avaliados, analisados e comprovados na prática; infelizmente, estávamos subordinados muito mais à égide da mídia do que efetivamente ao trabalho concreto de transformação do Estado da Bahia. Essa é a grande realidade.

O governador Jaques Wagner tem um desafio extraordinário que é transformar esse cenário, alterar esses indicadores sociais tão vergonhosos para o nosso Estado que ainda convive com a dura contradição de ser relativamente rico, o sexto principal estado produtor do Brasil, a primeira economia nordestina, e conviver com o povo pobre, desempregado, doente, resultado das políticas adotadas pelos governos anteriores, especialmente o último governo que foi capaz de permitir ao nosso Estado ostentar indicadores tão perversos, tão nocivos.

É sobre esse assunto que queremos debater publicamente com a Oposição, com dados disponíveis de pesquisa como essa que foi realizada e que são incontestáveis. O IBGE da mesma forma confirma os dados; a SEI, órgão do governo do Estado, admirado, respeitado órgão que sempre elogiei, mesmo no governo anterior, também dispõe de estudos e pesquisas que confirmam a mesma realidade. O Instituto de Pesquisa Econômica do Ministério do Planejamento, o Ipea, também realizou estudos que comprovam a mesma realidade. Uma administração que foi capaz de permitir ao nosso Estado ostentar indicadores tão ruins, tão perversos, tão nocivos aos interesses do povo da Bahia.

Aqui estão os dados. São dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, são dados isentos, são dados que estão publicados, inclusive na mídia, para quem quiser acompanhar e verificar e comprovar que a administração que se dizia competente, eficiente, pelo contrário, foi capaz de permitir ao nosso Estado ostentar indicadores tão ruins, tão perversos e tão nocivos aos interesses do povo do nosso Estado.

Sr^a Presidente, além dessa questão, quero também, nesta tarde, congratular-me, parabenizar uma grande liderança religiosa, o monsenhor Uilton Pereira da Silva, meu amigo, sacerdote, hoje lotado na Arquidiocese de Vitória da Conquista, que está

realizando, no dia de hoje, numa grande festa, naquela que é a terceira mais importante cidade do Estado da Bahia, minha querida Vitória da Conquista, comemorando o seu jubileu de prata, 25 anos de sacerdócio.

O monsenhor Uilton Pereira da Silva, na verdade, nasceu (lê) *“no Vale de Jequitinhonha no norte de Minas Gerais, chegou em Vitória da Conquista para continuar os estudos no ano de 1972. Filho de família humilde porém de muita fé, deu seus primeiros passos rumo a sua orientação religiosa ainda criança com a sua família. Aos 16 anos, sob influência de dois padres missionários, e mais tarde ao conhecer o padre Benedito Soares,. decidiu seguir sua vocação sacerdotal, entrando para o seminário em 1976.*

Iniciou sua formação em Araçuaí, norte de Minas Gerais, completando seus estudos em filosofia e teologia, em Juiz de Fora no ano de 1983. Foi líder da juventude operária, trabalhando na pastoral vocacional da Arquidiocese, acompanhando jovens com câncer no hospital oncológico de Juiz de Fora, onde liderou uma paralisação por falta de cuidados com os jovens doentes. Ordenado diácono em 8 de janeiro de 1984, trabalhou na Paróquia de São Pedro em Ibicuí, permanecendo até o ano de 1987. Em 17 de abril de 1987, chegou a Itapetinga para pastorear a Paróquia Nossa Senhora das Graças, se destacando pelas suas relevantes ações junto aquela comunidade.

No ano de 2000, foi enviado para uma pastoral urbana em Brasilândia- SP, a fim de ganhar experiência numa grande cidade. Em 2003, a pedido de D. Geraldo Lyrio”, ex-arcebispo de Vitória da Conquista, atual presidente da Confederação Nacional dos Bispos, a CNBB, “e o Conselhos dos Vigários Regionais retornou a sua casa materna a Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz e São Vicente de Paulo, onde foi recebido em 3 de agosto de 2003 com as palavras de D. Geraldo Magela, “Pe. Uilton tem sido um exemplo de que acolhe a cruz salvadora, a cruz pastoral, pois sabe que o Espírito Santo é quem fecunda a missão que recebemos do próprio Jesus. Somos colaboradores de uma obra que não é nossa, mas de Deus”. Em 19 de dezembro de 2007, aceitou a missão da condução do povo de Deus da Arquidiocese de Vitória da Conquista, contando com todo o presbitério, se esforçando muito para ver a Igreja cresce.”

Assim, nesta data especial em que ele completa 25 anos, seu jubileu de prata de sacerdócio, queremos parabenizar o padre Uilton, Vitória da Conquista e a comunidade Rainha da Paz, lá no bairro Brasil, na Patagônia, onde o padre Uilton, por muitos anos se dedica à ação sacerdotal e pastoral. Padre Uilton é um exemplo de homem vinculado às causas sociais, um sacerdote comprometido com a renovação da Igreja e da sociedade, e por isso eu queria, neste dia 26 de agosto de 2009, apresentar essa moção de aplauso ao grande Líder religioso que no dia de hoje completa o seu jubileu de prata, 25 anos de ação sacerdotal.

Muito obrigado, Sr^a Presidente. Ainda me resta 1 minuto, mas me dou por satisfeito na participação nesse Grande Expediente que fiz com muito prazer, apresentando resultados dessa pesquisa que revelou de forma plena, clara e transparente, a verdadeira face da administração do governo anterior do Estado da

Bahia.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PCdoB para falar, ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falará, por todo o tempo, o nobre colega deputado Álvaro Gomes.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, senhores presentes às Galerias Deputado Paulo Jackson, amanhã teremos, em Cuiabá, o Encontro Nacional das Comissões de Constituição e Justiça, evento de grande importância, porque lá haverá debates com parlamentares de todo o País para discutir uma forma de viabilizar e fortalecer as Assembleias Legislativas. Temos, aqui, o presidente da Unale-União Nacional dos Legislativos Estaduais, deputado Clóvis Ferraz, que está convocando esse evento.

Ao mesmo tempo que entendo a importância desse encontro para fortalecimento dos Legislativos, quero, mais uma vez, ressaltar que a não aprovação de projetos de parlamentares não se dá por causa da atual Legislação apenas, pois, é claro que ela dificulta muito tais aprovações, mas existe uma série de proposições, de projetos que são de competência das próprias Assembleias Legislativas.

Vejamos, por exemplo, um segmento de extrema importância e utilidade para a população, que defesa do consumidor. O tema relativo a esse segmento é um dos que podem ser discutidos, aprovados e transformados em lei aqui na Assembleia Legislativa. São dezenas de proposições, então por que não começar por temas como esse, que, não temos nenhuma dúvida, são de atribuição, competência da Assembleia legislativa? Eu mesmo tenho dezenas de projetos na área de defesa do consumidor, alguns conhecidos, como, por exemplo, dois que tiveram grande repercussão aqui: o que extingue a tarifa-assinatura dos telefones e o que trata do preço diferenciado cobrado pela Oi nos serviços da banda larga de acesso à Internet, o Velox. Então é só para citar duas proposições de grande importância para a população, as quais precisamos discutir, debater e, do meu ponto de vista, aprovar nesta Casa.

Tenho falado sobre isso insistentemente e acredito que vou contar com o apoio do Líder do Governo, deputado Waldenor Pereira, e do Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, que não vai se opor, creio, à aprovação desses projetos, por unanimidade, o mais rapidamente possível. Se as empresas de telefonia vão ou não vão contestá-los, isso deixa de ser problema da Assembleia Legislativa, cuja obrigação é discutir a constitucionalidade e importância de ambos os projetos e aprová-los.

Com a tarifa-assinatura, por exemplo, as empresas de telefonia têm uma receita

de R\$1,4 bilhão por mês. É uma receita sem trabalho! O empresário precisa de receita, de lucro, mas tem de trabalhar. É inaceitável que essas empresas continuem explorando a população.

Na Bahia, essa receita é na faixa de 60 a 80 milhões por mês. É uma luta difícil, pois estamos enfrentando interesses de grandes empresas, dos poderosos. Mas não estamos aqui para defender os lucros dos gananciosos empresários, estamos nesta Casa para defender os interesses da população. É claro que esta Assembleia Legislativa é formada por parlamentares representativos dos diversos segmentos da sociedade, mas temos de debater essas questões, tendo em vista que elas vão beneficiar milhões de pessoas.

Vamos fazer a nossa parte, que é debater, discutir, aprovar e, assim, entregar à sociedade um projeto que a beneficie. O que a empresas de telefonia vão fazer, qual a reação que terão, é um problema delas. Precisamos cumprir a nossa obrigação.

Essa reunião de amanhã é importante, porque precisamos avançar no que diz respeito ao fortalecimento do Legislativo. Este Poder, que é de grande importância para a sociedade, não pode ficar votando apenas projetos do Judiciário e do Executivo. Precisamos também apreciar matérias dos parlamentares. E digo mais, temos de avançar no sentido de facilitar a participação da população nesse processo.

Por isso, apresentei um projeto de resolução para que seja constituída a Comissão de Participação Popular. Entendo que a população precisa participar cada vez mais, inclusive, apresentando projeto de lei. Poderá fazer isso desde que cumpra os requisitos constitucionais, ou seja, através de um abaixo-assinado contendo assinaturas de meio por cento do eleitorado. Creio que assim teremos cada vez mais o fortalecimento do Poder Legislativo.

Compreendemos a importância dos projetos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, mas também temos que entender a importância das proposições dos parlamentares. Não podemos votar apenas matérias de outros Poderes; é fundamental apreciarmos as do nosso próprio Poder.

Este é o desafio. Estarei amanhã em Cuiabá buscando contribuir para este debate. Tenho a convicção de que, mesmo com as limitações que temos hoje na legislação, nas Constituições, podemos votar dezenas, centenas de matérias. Há projetos, como alguns referentes à saúde, à defesa do consumidor, que a Assembleia Legislativa tem competência concorrente com a Câmara dos Deputados, ou seja, pode legislar tanto quanto ela.

Esse projeto citado, da tarifa -assinatura, também há um na Câmara dos Deputados, que já deveria ter sido aprovado. Aliás, lá são dois projetos: um que extingue a tarifa-assinatura completamente e outro enviado pelo Executivo que prevê a tarifa-social. Essa tarifa seria de R\$12,00 para aqueles que ganham até 3 salários mínimos.

Portanto são dois projetos. Eu, particularmente, defendo a extinção completa da tarifa-assinatura. O projeto da tarifa social do Executivo, elaborado pelo ministro das Comunicações Hélio Costa, com o qual tive a oportunidade de ter duas audiências para tratar desse assunto, é um projeto que contribui muito. Não é o ideal,

mas é melhor do que a situação que encontramos hoje.

Mas a luta nossa deve ser mesmo da extinção completa da chamada tarifa-assinatura de telefones. Telefonia, comunicação deixou de ser luxo, é uma necessidade da sociedade moderna.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o Líder da Maioria e do governo, ou o representante do PSB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr^a Presidente, falará por todo o tempo o deputado Pedro Alcântara.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara por 10 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr^a Presidenta, sempre presente aqui dirigindo os trabalhos, para a honra do Parlamento baiano, Srs. Deputados presentes, Srs. Deputados ausentes, Sr^a Deputada Ângela Souza, representante daquela cidade maravilhosa, Ilhéus, imprensa, temos hoje o conceituado jornalista Tasso Franco, que também nos honra sempre com sua presença, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da *TV Assembleia*. Sr^a Presidente, eu endosso aqui a fala do líder do PCdoB momento antes, deputado Álvaro Gomes, com relação à votação de projetos de origem deste Parlamento.

Temos uma gama de projetos importantes de deputados, inclusive tivemos um importante projeto aprovado em outro estado, o da Lei Antifumo. E hoje o jornal *A Folha de São Paulo* publica um artigo importante sobre o fumo. O secretário da Saúde de São Paulo fala sobre o fumante passivo, terceira causa mortis evitável no Planeta. Então é importante que esta Casa, deputado Heraldo Rocha – V.Ex^a como médico e líder qualificado da Oposição nesta Casa...

O Sr. Heraldo Rocha:- Não tanto como V.Ex^a.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- São águas que já rolaram, deputado.

Faço um apelo para que possamos também votar esse projeto, assim como outro projeto que apresentamos que obriga os hotéis de quatro e cinco estrelas, aeroportos, rodoviárias a ter uma sala de leitura com pelo menos 100 exemplares de autores baianos a fim de estimular a leitura.

Nós nos hospedamos em alguns hotéis e lá encontramos bares, salão de jogos, mas não vemos uma sala de leitura. Isso é um ruim para um País onde se lê pouco. Há poucas bibliotecas, pouquíssimas, raríssimas neste País, é um déficit muito grande.

Temos projetos também de proteção ao meio ambiente; temos um projeto que estimula a cadeia produtiva do umbu, que é uma força na economia do Semiárido baiano e brasileiro, e eu tenho a honra de representar essa região nesta Casa. Enfim, uma gama de projetos que não têm nenhuma inconstitucionalidade e nós poderemos fazer um mutirão, deputado Álvaro Gomes, numa sexta-feira. Convocaríamos uma sessão extraordinária numa sexta-feira, sem ônus, para votarmos os projetos. Aqueles

que tiverem interesse em ver seu projeto votado venham aqui defendê-los.

Agora, fazem assim: escolhem um projeto, às vezes sem importância, apenas para dizer que se está aprovando projeto de deputado. Devia fazer um mutirão, uma força-tarefa, cada liderança de partido sentava, escolhia, votaria aqui 50, 40 projetos, se fosse o entendimento, na sexta-feira. Temos aí um monte de projetos, pela ordem, pelo nome do deputado, poderíamos constituir aqui, deputado Álvaro Gomes, V.Ex^a vem cobrando isso aqui, proponho até que V.Ex^a seja o presidente dessa comissão extra-oficial apenas para dar início ao trabalho e fazermos aqui uma proposta de uma sessão extraordinária na sexta-feira, sem ônus para o Poder Legislativo, para que possamos votar os projetos que são muitos.

Ficamos até desestimulados em apresentar projetos. Temos um, acho que é de importância fundamental, o estado de Pernambuco, inclusive, acho que já aprovou, em que trata daqueles que trabalham na agricultura irrigada. Temos a entressafra e temos um projeto para proteger, como se protege os pescadores e outras categorias do nosso País. É um projeto de alcance social.

Então, ficamos até desestimulados em apresentar projetos. V.Ex^a propõe aqui um projeto importante, estamos propondo há muito uma audiência pública nesse mesmo segmento para que discutamos as ações das operadoras telefônicas em nosso Estado que é um desastre, um desrespeito total ao consumidor que paga e paga caro. Não tem nem onde reclamar, nem se pode reclamar; vencem pelo cansaço, três, quatro horas passando a ligação, não sei para quem. Acabou. Não se encontra uma pessoa nem para desabafar.

Então, temos, realmente, temas importantes para discutir e estão aí as comissões e hoje o PR já faz sua indicação para as comissões temáticas desta Casa voltarem a funcionar na sua plenitude o que é de importância fundamental.

Então, temos que forçar essa barra. Todos os dias vamos nos associar ao seu discurso para cobrar que votemos e discutamos mais projetos oriundos do Legislativo, porque temos muitos projetos bons. Se formos passar uma peneira, temos projetos importantes.

Mas, no dia 28, minha cara presidente, neste momento a deputada Antônia Pedrosa que representa o oeste baiano, mulher valorosa, lutadora, uma região que cresce e dentro em breve estará em contato direto com o litoral baiano, com a nossa querida Ilhéus, vamos fazer essa ponte entre as duas deputadas, sem invasão de reduto eleitoral, mas uma invasão da economia do turismo, trocar produção por turismo, acho que seria um intercâmbio muito bom, deputada Antônia Pedrosa e deputada Ângela Sousa.

O nosso Tribunal Regional do Trabalho, no dia 28, vai agraciar algumas autoridades baianas com a Comenda Coqueijo Costa e tem me impressionado uma figura do governo, porque temos tido um diálogo sobre as questões administrativas e políticas que tem me impressionado. A elegância, a maneira fina no trato, às vezes até criticado pela imprensa, mas em relação a nossa pessoa que fomos tratar sempre de coisas sérias, num diálogo de alto nível que também será agraciado. E, nós, por iniciativa própria, buscamos entre pessoas que conheço alguns dados sobre a sua

pessoa para deixar aqui nos Anais da nossa Casa.

Falo do secretário Rui Costa. Uma missão difícil que é a de articulação política do governo, uma sobrecarga muito grande de trabalho e, às vezes até mal compreendido por decisões que tem que tomar, porque o plano político é muito complexo, é muito complicado. Nós que fazemos política, nós que fomos líderes de governo nesta Casa, sabemos que não é tão fácil determinadas missões que nos incumbem.

Acho que é uma figura extraordinária, é bem-vindo, é bem-vista por mim esta Comenda Coqueijo Costa com a qual será agraciado o secretário de estado Rui Costa.

(Lê):- *“O secretário de relações institucionais do estado,, Rui Costa será agraciado com a Comenda Ministro Carlos Coqueijo Costa da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, na próxima sexta-feira (28), em solenidade no auditório do Tribunal Pleno do TRT5, em Nazaré.*

Instituída pela Resolução Administrativa 034/2003, do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), a ordem do mérito foi criada para agraciar "personalidades e instituições nacionais ou estrangeiras que tenham se destacado no Direito ou em outra atividade sócio-cultural, ou prestado relevantes serviços à Justiça do Trabalho". Rui Costa receberá a Comenda no grau Grande Oficial. A escolha dos homenageados se deu por indicação dos desembargadores membros da Corte Trabalhista, com a aprovação do Conselho da Ordem.

Rui Costa dos Santos, nascido em 18 de janeiro de 1963 , portanto com 46 anos ainda, é um jovem político de origem humilde e nascido no bairro da Liberdade, o mais populoso da nossa Capital.

Foi estudante de Escola Pública, o Colégio Duque de Caxias e posteriormente da Escola Técnica Federal da Bahia, conhecido como CEFET e hoje IFET.

Ingressou no Pólo Petroquímico no ano de 1981, na empresa COPENE, hoje Braskem.

Graduou-se como Economista pela UFBA.

Em 1984 ingressou no Sindiquímica, dedicando-se às causas sociais da classe e firmando-se como um grande político e negociador.

Participou ativamente da fundação da CNQ - Confederação Nacional dos Químicos sendo membro da 1ª direção nacional. E também da fundação da CUT - Central Única dos Trabalhadores. Teve atuação decisiva no processo de unificação das categorias dos químicos e petroleiros ocorrida na metade da década de 90. Tal unificação resultou na fusão de três importantes sindicatos (Sindiquímica-Stiep-Sindipetro) criando um sindicato forte para a defesa dos trabalhadores, o Sindiquímica. Desta matriz surgiram importantes agentes políticos para a Bahia, entre os quais a ex-deputada estadual e atual prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, o atual Secretário da Fazenda - Carlos Martins; o próprio Secretário Rui Costa; e até o Governador Jaques Wagner.

Entre outras atividades acadêmicas, apresentou trabalhos científicos na área das cadeias produtivas da segunda geração de produtos petroquímicos e de grupos de pesquisa na universidade federal da Bahia.

Em 2004, eleito Vereador, com a maior votação do PT, em Salvador - atuou com destaque como representante dos trabalhadores. Foi autor de diversos projetos de lei, como a criação do fundo de cultura, a indicação ao Ministério do Trabalho de dedução no Imposto de Renda do empregador quando depositasse o INSS da Empregada Doméstica (atualmente lei federal); Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Salvador.

Rui Costa foi dirigente do Sindiquímica durante anos e da CUT - Central Única dos Trabalhadores.”

Portanto, quero parabenizar o TRT pela escolha de várias personalidades que serão homenageadas no próximo dia 28, dentre elas o secretário Rui Costa.

Tantas foram as vezes que estive com o secretário e reafirmo o seu trato, a sua elegância, a sua maneira de conduzir debates importantes sobre a questão da administração do Estado em relação a minha região, como também questões de ordem política. Sr. Presidente, acredito que é mais do que justa essa homenagem que o TRT faz ao secretário Rui Costa.

Mas, Sr. Presidente, acredito que V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Para concluir, definitivamente, Sr. Presidente.

(...) não estava aqui quando eu e o deputado Álvaro Gomes cobramos, mais uma vez, um mutirão no sentido de se aprovar projetos originários deste Parlamento.

Eu assisti a uma reunião da Mesa Diretora e V.Ex^a pediu o empenho da Mesa na escolha para que possamos votar projetos. Mas acredito que ainda é muito pouco o que tem sido feito. Temos projetos, e eu propus aqui sessões extraordinárias às sextas-feiras, a quem interessar que fosse, sem ônus para a Casa, é bom frisar, e podemos fazer um mutirão e uma força-tarefa para aprovar projetos, deputado, e sei que V.Ex^a também é um deputado presente, constante, deputado João Carlos Bacelar, e terá interesse também em compartilhar conosco com ação desse tipo para apresentarmos à Bahia proposta oriunda deste Poder e justificando a nossa eleição e o nosso trabalho nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou representante do PTN para falar ou indicar orador, mas antes concedo uma questão de ordem ao deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, gostaria de solicitar a V.Ex^a um esclarecimento, até porque ontem, quando esse assunto foi abordado nesta Casa, eu não me fazia presente.

Tive conhecimento da decisão de V.Ex^a sobre o cálculo que deverá ser feito para a composição do novo quadro das comissões, com relação à proporcionalidade, e tive a informação de que V.Ex^a considerou o PMDB com oito deputados. Não sei se efetivamente foi isso que V.Ex^a considerou, mas foi a informação que eu tive. E, pelas

informações que eu tenho, na data da posse o PMDB tinha 7 deputados e não 8, como foi informado pela Secretaria da Mesa e, se não me engano, por V.Ex^a. Então, eu queria uma informação de como é que está sendo adotado o critério para a definição da proporcionalidade das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a Justiça decidiu que o processo foi nulo, a liminar inicialmente concedida foi nula, consequentemente, volta para o *status quo*. Então, volta ao critério anterior, que é do dia da comissão. Nós nunca adotamos essa posição de dia da posse; nós sempre adotamos, como todos os presidente anteriores adotaram, que é do dia da instalação da comissão.

O cálculo era feito, o PMDB com 8 deputados. Por exemplo, deputado João Bonfim, quero dizer que o deputado Heraldo Rocha enviou um ofício com a decisão de um juiz e nós deferimos o pedido do deputado Heraldo Rocha; ela é feita do dia da composição. Se no dia das comissões houver uma mudança nos cálculos, nós faremos novamente, porque o artigo 35 é muito claro: há mudança na composição, há mudança nos cálculos. Quero registrar que tenho uma posição diferente, mas não posso decidir diferente do que a Justiça decidiu, ou seja, que a liminar é nula, começa, então, da estaca zero.

Então, eu, como presidente, estou adotando o mesmo critério adotado pelo deputado Clóvis Ferraz, deputado Gaban, deputado Reinaldo e pelo deputado Eliel, todos os presidentes: é do dia da instalação das comissões, esse é o critério que sempre foi aqui universal. Para se mudar esse critério é preciso mudar o regimento. Eu nunca adotei essa política de ser do dia da posse. Este presidente aqui nunca aceitou, porque não poderia fazer diferente, porque para mudar ou uma praxe ou o regimento somente o Plenário.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, veja bem, eu estou aqui com as informações que V.Ex^a prestou ao próprio Tribunal no presente recurso. E nas informações que V.Ex^a prestou está claro, se quiser eu leio, porque não sei se V.Ex^a se recorda que esse assunto foi objeto de deliberação do Plenário desta Casa que decidiu, à época, por unanimidade. Se permitir, eu vou ler só uma parte das informações que V.Ex^a prestou ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que permito.

O Sr. Paulo Azi:-(...) porque eu estou imaginando que há um engano gigantesco. Se a decisão de V.Ex^a for, efetivamente, essa que anuncia, está indo de encontro à própria informação que esta Casa forneceu, no processo que tramita no Tribunal de Justiça. A Casa, através da Procuradoria, defendeu, firmemente, no Tribunal de Justiça, que o que vale é a data da posse. Isso foi a defesa da Casa. Eu vou ler só para que V.Ex^a se recorde da ação que esta Casa interpôs no Tribunal de Justiça.

(Lê) *“É assim que, conforme se verifica nas notas taquigráficas, juntadas pelos próprios impetrantes, no último dia da legislatura passada foi a matéria submetida ao crivo do Plenário, por provocação, inclusive, de um dos autores,*

deputado Elmar Nascimento, como se verifica in verbis. E aí cita: (lê) “Nesta oportunidade, o eminente deputado Gaban, ex-presidente da Casa ou integrante da Bancada de Oposição, acentuou: - acredito que o presidente põe em votação já sabendo que ouvimos a palavra do Líder do Governo, que é o Líder da Maioria e o Líder aqui da equipe de transição, que é o deputado Edmon. Então, os dois já recomendaram que as duas Bancadas votem para que a interpretação, que o Regimento é omissa, seja considerado como o dia da posse, que é 1º de fevereiro”.

Então, é a própria defesa que esta Casa sustentou junto ao Tribunal de Justiça. E pelo que eu estou entendendo, V.Ex^a agora esquece a defesa, esquece que isso foi objeto de uma decisão do Plenário na legislatura passada e nesta, porque isso também foi objeto de deliberação do Plenário nesta Legislatura. Tenho aqui os dados que confirmam. E tudo isso, de repente, é esquecido, é passada uma borracha e se passa até agora uma nova interpretação.

Quero crer que este Parlamento não pode, Sr. Presidente, a cada dia, a cada momento, ter uma interpretação diferente para as questões regimentais. Isso não é correto, não é justo, inclusive com aqueles que se sentem prejudicados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, primeiro, V.Ex^a coloca a questão com muita precisão. Não podemos tomar posições diferentes a cada momento. O que a Presidência fez foram argumentos para que a Justiça decidisse pela data da posse. Só que ela decidiu que a liminar é nula. Espere. V.Ex^a falou, e eu ouvi. A Justiça decidiu diferentemente dos nossos argumentos. Ela decidiu pela nulidade.

Se ela decidiu pela nulidade, volta o estado anterior, e nunca nesta Casa foi feito diferente. Independentemente de decisão do Plenário, todos os presidentes, sem exceção, já decidiram que tem de ser no dia da posse.

Quero registrar que o deputado Elmar Nascimento, na Legislatura passada, salvo engano, em janeiro de 2007, solicitou ao Plenário. Este decidiu que seria feito no dia da posse. Nesta Legislatura, já com a nova composição, o Plenário decidiu, porque toda vez que há uma decisão no Plenário somente ele próprio pode mudar. O Regimento, não. Para mudá-lo, só a decisão de Plenário, fazendo a tramitação normal para a mudança.

O Plenário decidiu na época, e aí quero registrar com muita clareza que, quando o deputado Elmar Nascimento tinha no seu pensamento uma maioria, posteriormente, já nesta Legislatura, houve uma decisão diferente. Houve, sim, deputado. Tanto houve que nós estamos fazendo assim. V.Ex^a poderia cobrar da Presidência, deputado Paulo Azi, se eu estivesse fazendo diferente dos anteriores. Estou fazendo igual aos anteriores e seguindo o Regimento.

Agora, se o advogado colocou argumentos até para que a Justiça decidisse pelo dia da posse, infelizmente ou felizmente - infelizmente para uns e felizmente para outros - ela decidiu que o processo é nulo. Mas se a Justiça tivesse decidido pelos meus argumentos, seria no dia da posse. Só que não decidiu assim, e eu só tenho um dever: cumprir a decisão judicial.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conceder mais uma vez a V.Ex^a.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, duas questões. Primeiro, não foi advogado. Foi V.Ex^a, o ofício foi assinado pelo senhor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Procuradoria da Casa é que fala por mim.

O Sr. Paulo Azi:- Quem assinou foi V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, deputado. Se for o deputado procurador, para mim vale. Ele fala por mim. É secundário.

O Sr. Paulo Azi:- Quero dizer-lhe que a decisão deste Plenário foi exatamente essa, nessa Legislatura. Não foi decisão diferente. Tenho aqui as notas taquigráficas, Sr. Presidente, inclusive a decisão de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, talvez V.Ex^a não esteja lembrando. Permita-me, talvez o senhor não esteja lembrando. Este Plenário já decidiu posteriormente, este ano...

O Sr. Paulo Azi:- Não...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já, deputado. E mesmo que não tivesse decidido...

O Sr. Paulo Azi:- Se houve a decisão, eu acato a decisão de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, mesmo que não houvesse, a decisão do Plenário foi na Legislatura passada. Por favor, quando V.Ex^a fala, ouço com o maior prazer. Decisão de Plenário só vale com a Legislatura. Para a Legislatura seguinte, é outro Plenário. Isso é óbvio.

O Sr. Paulo Azi:- O Plenário é o mesmo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, as composições são diferentes. O deputado Elmar Nascimento propôs num Plenário diferente. Já no seguinte, houve a mudança. Se V.Ex^a quiser recorrer na medição com o Plenário, eu coloco posteriormente, não agora.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conceder ao deputado Pedro Alcântara...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente, para concluir

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Mas conclua, por favor. Já é a terceira vez...

O Sr. Paulo Azi:- Mas é que V.Ex^a está confundindo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não estou confundindo, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Houve uma decisão com V.Ex^a já na Presidência...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, deputado. Não.

O Sr. Paulo Azi:- Eu tenho aqui, Sr. Presidente. Eu tenho aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, traga. A decisão do presidente é pela tradição da Casa e, principalmente, pelo Regimento. Essa é a decisão. Para mudar a medição, tem que ser o Plenário, deputado.

Pois não. Vou conceder questões de ordem aos deputados Pedro Alcântara e Arthur Maia.

Conclua, deputado Paulo Azi, por favor.

O Sr. Paulo Azi:- (Lê) *“Custa crer, portanto, que uma decisão tomada antes que houvesse qualquer migração partidária, possa depois ser reconsiderada tão somente porque o quadro atual não satisfaz o interesse do nobre deputado. A presidência da Assembleia não poderia, portanto, ter adotado outra solução senão em violência ao quanto decidido em Plenário à unanimidade.”*

V.Ex^a se refere à decisão de V.Ex^a nesta legislatura, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já houve outra decisão, deputado, neste Plenário. Tanto é que eu a estou seguindo há dois anos e meio. Para eu mudar uma decisão, primeiro...

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero só esclarecer. Se houve outra decisão, V.Ex^a está coberto de razão. Se não houve, gostaria de que V.Ex^a passasse a adotar a decisão que foi tomada no Plenário. É só isso que peço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, a decisão da presidência é muito clara. O presidente não pode, sob hipótese alguma, exceto por acordo de lideranças, passar por cima do Regimento. O Plenário não tem poder, exceto por acordo de lideranças, de mudar o Regimento. V.Ex^a sabe disso. Então, se um deputado recorrer da decisão do Plenário, serei obrigado a cumprir o Regimento, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- O que hoje existe no Plenário é que a data a ser cumprida é a da posse!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, já questionou isso aqui e disse que o art. 35 deve ser cumprido. Não posso fazer diferente.

O Sr. Paulo Azi:- Não estou questionando aqui o art. 35, Sr. Presidente. Estou dizendo a V.Ex^a que a decisão do Plenário foi, a que vale para este período legislativo, a data da posse. Se V.Ex^a tem uma decisão do Plenário informando que a data é atual, por favor me apresente porque não a conheço.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a sabe que o Plenário só tem poder de passar por cima do Regimento se for por unanimidade.

O Sr. Paulo Azi:- É unanimidade mesmo, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Waldenor Pereira questionou aqui na última legislatura que o art. 35 tem de ser cumprido.

O Sr. Paulo Azi:- Não foi na última, foi na atual legislatura, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora, na semana passada. Ele questionou que o art. 35 tem de ser cumprido. Eu e o Plenário não podemos modificar isso, deputado. V.Ex^a sabe disso. O deputado Gaban já colocou isso aqui diversas vezes, se um deputado questionar, por um acordo de lideranças, sou obrigado a cumprir. Então, este assunto para mim...

Pode esclarecer, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Quero esclarecer a V.Ex^a que existe uma decisão à unanimidade deste Plenário. Decidiu que o que vale para a composição das comissões é a data da posse. Existe uma decisão à unanimidade deste Plenário! Se V.Ex^a - é o

que me parece - imagina que exista outra, eu não a conheço. Se existir, V.Ex^a, por favor, fale.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a é um deputado experiente, sabe do apreço que lhe tenho. O Plenário não tem poder de passar por cima do Regimento, exceto quanto à unanimidade. E o deputado Waldenor Pereira, na semana passada, questionou o art. 35, que diz que toda vez que há modificação nas comissões tem de ser feita nova recomposição do dia. Se fosse do dia da posse, não poderia haver nova composição.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente. O deputado Paulo Azi já foi bastante contemplado. Quero uma questão de ordem também para me colocar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputado. Concederei a questão de ordem a V.Ex^a. O deputado Waldenor Pereira também ...

Deputado Paulo Azi, V.Ex^a sabe que o presidente e o Plenário não têm poder de passar por cima do Regimento. Isto é fato. O art. 35 diz com muita clareza que toda vez que há mudanças nas composições... Por isso é que o deputado Leur Lomanto, quando saiu da base do governo, foi para o bloco independente, e nós zeramos. Quando o deputado Paulo Câmara saiu da base do governo, foi para o bloco independente e nós zeramos. A Justiça decidiu que tem de ser na regra atual, e a regra atual, há pelo menos uns 20 anos que estou aqui, inclusive quando V.Ex^a era Líder do governo, é assim, e eu não tenho poder de modificar aquilo que se faz há 20 anos. V.Ex^a, quando era Líder do governo, seguia esse critério. Agora V.Ex^a é membro da Oposição. Não tenho esse poder, exceto se V.Ex^a conseguir levar ao Plenário e o Plenário derrotar a posição do presidente. Deputado, não houve posição, houve para aquele momento.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, V.Ex^a lembra muito bem, no último mês da legislatura passada, em janeiro, o deputado Elmar Nascimento levantou uma questão de ordem aqui e me lembro muito bem que eu estava me despedindo desta Casa, pois havia ficado na suplência. O governo toma posse no dia 1º de janeiro e os deputados, em 1º de fevereiro. Nós temos um mês a mais de mandato do que o governador.

Então, em janeiro, o deputado Elmar Nascimento levantou a seguinte questão de ordem, que está nos Anais da Casa. Ele questionava se, para a formação das comissões, a composição das comissões desta Casa, seriam considerada a filiação dos deputados no dia da eleição ou no da posse.

Eu queria a atenção de V.Ex^a: não havia outro referencial que não fosse o da posse, que era a última composição deste Plenário. Então, quando se faz referência à posse, é à última situação das Bancadas. Como já aconteceram aqui várias mudanças de composição de Maioria e Minoria partidária, e poderão acontecer ainda, então

V.Ex^a, na decisão que toma, está respaldado no artigo 35. Deixa de existir aquele momento para viver-se o momento de hoje, que é respaldado no artigo 35, não resta a menor dúvida. Se houve referência em relação à posse, é porque que era o quadro do momento. Era a hora de se decidir e era a composição daquele momento da posse dos Srs. Deputados para que as Lideranças eleitas indicassem os seus representantes nas comissões.

Hoje, com a recomposição por decisão judicial, V.Ex^a não tem outra alternativa a não ser usar o artigo 35, como poderá acontecer ainda. Se ficar determinado que a referência é a posse, não haverá mudança nenhuma nesta Casa daqui para frente, absolutamente nenhuma. Nós estaríamos num momento estático aqui nesta Casa.

Eu sou do PR e substituí um deputado do DEM. Então, não podemos nos basear no número de deputados na posse para a composição das comissões. Tem que prevalecer o artigo 35, que é muito claro. É um artigo precioso, claro, sucinto, são apenas duas linhas, que vou reler aqui. Todos deputados têm conhecimento porque ultimamente tem sido bastante debatido e lido.

Reza o seguinte o artigo 35: “Será sempre revista a representação partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de bloco parlamentar”. Foi o que houve. Então, a contabilidade hoje, por decisão judicial, é a composição que está na Casa, não há outra alternativa para V.Ex^a. Acho até que o apelo do deputado Paulo Azi, que eu respeito muito, deputado experiente, pode até ser analisado, mas não pode ser tomado como parâmetro e consideração porque ele está realmente equivocado em relação a essa questão. Nós, liderando a Bancada do PR, inclusive já indicamos os nomes, já estão na Mesa Diretora os nomes do PR para a composição das comissões temáticas, e não podemos mais atrasar porque temos coisas importantes para discutir nas comissões.

Portanto, está cheio de razão V.Ex^a quando acata o Regimento Interno no artigo 35 para a composição das novas comissões permanentes desta Casa.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, veja bem, este debate que está acontecendo na Casa é preciso ser melhor esclarecido, inclusive para as pessoas que estão aqui na tribuna de imprensa, no Plenário, e para os próprios deputados terem uma visão clara do que está por trás dessa situação.

No final da legislatura passada, como colocou aqui o deputado Pedro Alcântara, numa questão de ordem suscitada pelo deputado Elmar Nascimento surgiu nesta Casa uma indagação que até então não existia. Se prevalecia a data da posse para cálculo das comissões ou a data resultante da eleição. A questão levantada pelo deputado foi nesse sentido.

Naquele momento, o Bloco, que então era ainda Maioria, queria que fosse mantido o resultado da eleição porque, naturalmente, eles haviam feito um maior número de deputados. Bem, entre a eleição e a posse, havia tido uma grande transição de deputados e o Bloco, que tomaria posse como Bloco do governo na legislatura

seguinte, desejava que fosse a data da posse como, diga-se de passagem, V.Ex^a está certo, porque sempre foi a regra desta Casa.

E nessa discussão ficou uma dúvida.

Houve, então, uma ação judicial. E, no primeiro momento, a Justiça entendeu que prevalecia a data da eleição. Por que a Justiça defendeu esta posição e entendeu esta posição naquele julgamento que foi anulado? A Justiça entendeu assim porque havia, nesse ínterim, surgido uma nova realidade de valores em relação a quem seja o dono do mandato. Foi uma realidade e uma discussão, até então, inédita no Direito brasileiro que havia sido suscitado no Tribunal Superior Eleitoral que compreendeu, de uma forma mais rigorosa, o instituto da fidelidade partidária ao ameaçar inclusive alguns parlamentares. Alguns vereadores inclusive chegaram a perder mandato parlamentar por conta disso, pois trocaram de partido. E isso, hoje, é proibido no Brasil. Vejam, houve uma mudança de valoração. Houve uma mudança de conceito. Houve uma mudança de diretriz.

Esse comportamento é muito interessante do ponto de vista do Direito, porque isso representa aquilo que é um ensinamento no Direito alemão chamado de Teoria dos Princípios. O que são princípios? Princípios são algumas questões que constam em um texto legislativo sem ter o dever ser. Vejam um exemplo. No Código Penal está lá : *Se matar, pena de 21 anos de prisão*. Então, para cada ação corresponde a uma reação do estado. Em acontecendo aquele fato tipificado, acontece uma reação que é a punição.

Mas existem outros instrumentos dentro da Constituição que não contêm o dever ser. Essas são as questões dos princípios. Por exemplo: o Brasil é um estado democrático de direito. Não há um “*se acontecer, a resposta será aquela*”. Não. Isso é um princípio. Então, quando se coloca que o Poder emana do povo – e foi baseado nesse princípio que se consolidou a noção da legitimidade do mandato – foi a partir desse princípio que suscitaram algumas modificações na Constituição e, dentre essas modificações, há a posse do mandato ou a representação do mandato.

Isso é curioso, porque isso permite ao julgador mudar a decisão sem que haja uma alteração formal da lei, sem que haja uma mudança na letra da lei ou sem que haja uma emenda legislativa, ou seja, apenas mudam o raciocínio e a forma de pensar sobre o objeto em estudo. Isso parte de Peter Habermann, um jurista alemão que entende, através da teoria dos princípios, que toda a sociedade é intérprete da Constituição desde o açougueiro ao magistrado mais alto, pois ambos estão em contato com a realidade social e, portanto, podem interpretar a realidade social.

O que a corte do Tribunal Superior Eleitoral entendeu? Em outras épocas, até pelo conceito patrimonialista da nossa relação política, da nossa história, da nossa tradição política, o mandato era uma coisa pessoal. Mas as coisas mudaram. A relação com a política e o conceito que a sociedade tem da política mudaram. E, portanto, o próprio Tribunal Superior Eleitoral e, depois, o próprio Supremo Tribunal Federal mudaram esta concepção e entenderam o fato de que o mandato não pertence mais a político nenhum; pertence, sim, ao partido político.

Diante disso e diante desse contraditório que se estabeleceu aqui, o deputado

Elmar Nascimento suscitou esta questão que foi apresentada pelo deputado Paulo Azi.

(Alguém se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Não. Quem entrou na Justiça foi V.Ex^a. A Justiça, primeiro, definiu que seguiria a regra da fidelidade partidária. Porque se nós entendermos aqui e agora que vale a regra da fidelidade partidária...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Eu vou concluir. Se nós entendermos agora e aqui que vale a partir do número da posse, nós estaremos indo de encontro ao conceito da fidelidade partidária. Quanto a isso, não há dúvida, pois estaríamos indo de encontro. Então, eu acho que deverá retroagir à eleição.

Mas esta na Justiça e ela anulou essa decisão. O que quero afirmar aqui, de uma maneira muito objetiva, é que nessa composição que está feita hoje e naquela descrição numérica que a Mesa apresentou, ou seja, que o Bloco ligado ao governo tem cinco parlamentares nas comissões e a Oposição três. Está corretíssimo, não tenho dúvida. As comissões serão instaladas, sendo cinco para o governo e três para a Oposição. É matemática, não se discute...

(O deputado Pedro Alcântara fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Pedro, deixe-o concluir, por favor.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- O cálculo numérico está exato. O que queremos firmar claramente neste Plenário é o seguinte: seja qual for a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, seja qual for o fato político que acontecerá agora, é fundamental entendermos que no final de setembro, quando todos os partidos mudarem, prevalecerá a data da posse. Esse foi o ensinamento que V.Ex^a proferiu do alto dessa tribuna, foi o que presidiu todas as decisões. E não podemos aceitar que o mandato, que é do partido, possa ser dobrado conforme a vontade de cada parlamentar

Essa é a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei questões de ordem apenas a três deputados: Elmar, Gildásio e Waldenor.

Antes, porém, quero dizer ao deputado que existe o art. 35, que diz: *“Será sempre revista a Representação Partidária nas Comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de Bloco Parlamentar”*. É um fato, concorda?

Existe uma decisão judicial que concedeu liminar aos deputados da Oposição – salvo engano, liderados pelo deputado Elmar Nascimento – dizendo que as composições deveriam ser baseadas no dia da eleição. É um fato.

A Assembleia recorreu dessa decisão. E aí devo dizer, já que também tenho o direito de fazer a defesa daquilo em que acredito, que a Justiça decidiu contra os meus argumentos, afirmando que foi anulada essa liminar. Não atendeu os meus argumentos, repito, e decidiu anular essa liminar.

Estou aqui há 19 anos e sei que todos os presidentes, inclusive quando os deputados Paulo Azi e Gildásio Penedo foram Líderes do governo, decidiam de

acordo com o dia da instalação das comissões. O Plenário não tem poder de passar por cima do Regimento, exceto quando todos os 63 deputados concordarem. Isso também é um fato.

O presidente da Assembleia colocou com muita clareza que, pessoalmente, acreditava que seria considerado o dia da posse. Mas o presidente não tem esse poder. Primeiro, se o Supremo Tribunal Federal decidiu que os deputados podem mudar de partido, salvo engano, até 29 de maio, não compete a opinião do presidente. Se a Justiça decidiu anular, também não compete ao presidente. Se o Plenário decidir por unanimidade, eu tenho o dever de cumprir, exceto se um deputado questionar. E o deputado Waldenor Pereira questionou, com muita clareza, alegando o art. 35.

O deputado Arthur Maia sabe da admiração e do apreço que tenho por ele, mas não posso ser um juiz de futebol que marca um pênalti a favor de um time e em seguida, 10 minutos depois, quando há outro pênalti com as mesmas características a favor da equipe adversária, ele marca, e aí é criticado pelo time que foi beneficiado inicialmente.

Quando o PMDB saiu do Bloco, adotei esse critério, ninguém questionou. Quando o presidente cumpriu a decisão judicial, fato surpreendente para este Parlamento vez que eu poderia recorrer e não cumprir. Por um respeito à Oposição e, principalmente, pelo respeito à Justiça, decidimos cumprir e recorrer. E quando nós cumprimos a primeira decisão judicial, ninguém questionou a decisão do presidente. Quando cumprimos a decisão judicial, na semana passada, ninguém questionou a presidência.

Agora, quando se fazem os cálculos, e aí precisa cálculo, é apenas aritmético e não compete ao presidente entrar no mérito de cálculo, quero dizer que o deputado Heraldo Rocha enviou aqui para esta Casa uma decisão da juíza de Guanambi dizendo que o deputado João Bonfim pertence ao DEM. O deputado João Bonfim disse diversas vezes aqui que estava sem partido. Mas quando viu a decisão judicial, a decisão judicial é superior à palavra do deputado, essa é a palavra que sigo aqui, primeiro, a palavra do deputado, segundo, a decisão do judicial...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Agradeço até a boa vontade de V.Ex^a, porque já superei o meu tempo. Veja só, Sr. Presidente, eu concordo integralmente que V.Ex^a esteja sendo absolutamente fiel à história quando diz que em 19 anos neste Casa sempre as decisões foram tomadas no dia da instalação da comissão. Acontece que é um dado com fato superveniente que foi o julgamento do Supremo Tribunal Federal em relação à fidelidade partidária. Daí, presidente, advém para nós o direito de Minoria. E o direito de Minoria garante que nós não podemos admitir que a transferência de um deputado modifique a data da posse, a relação aritmética da data da posse. Então, porquanto exista a história, há de se admitir, por isso que fiz toda aquela digressão em relação à teoria dos princípios porque houve uma mudança no julgamento e na concepção e essa mudança tem um reflexo direto aqui,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia,...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- (...) não podemos mais admitir, por ordem do Supremo, que essa transferência de deputado modifique a relação, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, V.Ex^a argumenta muito bem, mas conclui diferente. V.Ex^a argumenta a decisão do Supremo...

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo, deputado, deixe-me concluir aqui.

V.Ex^a argumenta muito bem a decisão do Supremo, mas a decisão não foi do dia da posse, não. A decisão do Supremo, salvo engano, do dia 29 de maio. Nenhum, depois do dia 29 de maio, deputado aqui mudou de partido. Então, os argumentos de V.Ex^a corroboram a minha decisão...

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para concluir.

(...) quando dizem que o Supremo, e é o Supremo, é superior, claro, decidi que até 29 de maio... E outra: se um deputado sair depois do dia 29 de maio, eu sou obrigado aceitar a decisão, porque isso é problema da Justiça eleitoral, não é do presidente da Assembleia. Eu quero julgar o deputado neste momento, agora, se ele vai ganhar o mandato, vai perder o mandato, é problema na Justiça eleitoral.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Só uma pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Eu quero saber de V.Ex^a, considerando o que acaba de dizer, se os deputados que mudarem de partido, depois do dia 29 de maio, março,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não me lembro da data, estou supondo.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- (...) a data que o Supremo entendeu, esse deputado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É 27 de março, salvo engano.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- (...) seja lá qual for! A data que sabemos que o Supremo considerou como limite para mudança de partido, quer dizer, então, pelo que entendi da argumentação de V.Ex^a, que qualquer mudança de partido ocorrida depois daquela data não será considerada para efeito de modificação do cálculo das comissões.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que será. Não é problema do presidente. Vamos supor: se o deputado João Carlos Bacelar decidir sair do partido dele e ir para outro partido, um exemplo, ele será considerado no partido em que ele entrar. Para esta Casa, se ela vai ser cassado no mandato, é problema da Justiça, não é deste Parlamento. Não compete a mim julgar se o Parlamento foi fiel ou não. Não compete isso à presidência.

Questão de ordem do deputado Arthur Maia, depois, do deputado Waldenor – Arthur, não, desculpe – do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, fui citado várias vezes até porque desde a

origem fui quem provocou esta discussão nesta Casa. Primeiro lugar, queria dizer, Sr. Presidente, que há um equívoco. Não foi concedida nenhuma liminar, ao contrário, a liminar foi negada. Quanto ao último julgamento, do desembargo de declaração, foi anulado o julgamento e não, o processo. O Tribunal decidiu que, como o processo não se julgou por 2/3, que era uma questão de índole constitucional, o julgamento foi anulado e aí teria que recomençar o julgamento. Não é o processo, não há nenhum vício na petição inicial ou na contestação da nulificar o processo, simplesmente, vício do julgamento por questão de quórum de presença dos Srs. Desembargadores.

Eu quero aqui fazer uma questão cronológica a respeito desse assunto, deputado Arthur, para o que peço a atenção de V.Ex^a.

Em 5 de março do ano do primeiro mandato de V.Ex^a, o deputado Gildásio Penedo fez uma questão de ordem, que está aqui nas notas taquigráficas, e V.Ex^a respondeu-a da seguinte forma – não são minhas as palavras, mas de V.Ex^a.

(Lê): *“Já estou embasado para decidir o assunto. Depois concederei a questão de Ordem a V.Ex^a.”*

Com relação ao assunto em discussão, o Regimento Interno, no artigo 41, § 23, diz que o presidente deve mandar proceder ao cálculo de representação proporcional dos Partidos e Blocos nas Comissões, anunciando seu resultado, cuja proclamação caberá recurso ao Plenário.

Como V.Ex^a sabe – e aqui quero dar satisfação, principalmente aos deputados recém-chegados –, no final da gestão passada, o deputado Elmar Nascimento fez aqui uma proposta ao Plenário para que as Comissões fossem escolhidas em data x, quando da posse dos deputados. O então deputado Marcelo Nilo, da Oposição, foi contra essa proposta do deputado Elmar, me curvando, inclusive, aos argumentos dele e votando favoravelmente à proposta.

O deputado Elmar Nascimento fez a proposta de que o cálculo das Comissões fosse feito no dia da posse. O Plenário é soberano quando o Regimento é omissivo sobre o assunto em questão.” São palavras de V.Ex^a! “O Plenário é soberano quando o Regimento é omissivo sobre o assunto em questão. O deputado Elmar Nascimento levou a proposta para o Plenário, e o presidente, Clóvis Ferraz, corretamente, colocou-a em votação.

Mesmo com a minha posição contrária, os argumentos do deputado Elmar Nascimento foram aprovados por unanimidade, por serem fortes e concretos.

Quero dizer a V.Ex^a – palavras de V.Ex^a! – que eu decido que o cálculo da proporcionalidade é de acordo com as Bancadas, no dia da posse – são palavras de V.Ex^a.”

Posteriormente, nas informações prestadas ao Tribunal – e quero ressaltar aqui que, diferentemente de outros processos, o Mandado de Segurança é a própria autoridade que assina, portanto, a assinatura não é nem do Procurador, mas de V.Ex^a, e está aqui “Deputado Marcelo Nilo, Presidente” - V.Ex^a diz o seguinte: (Lê): *“É assim, conforme se verifica nas notas taquigráficas juntadas pelos próprios impetrantes ao último dia da legislatura passada, foi a matéria submetida ao crivo do Plenário por provocação, inclusive, de um dos autores, o deputado Elmar*

Nascimento.” Diz mais: “*Custa-me crer, portanto, que uma decisão tomada antes que houvesse qualquer migração partidária possa, depois, ser reconsiderada tão somente porque o quadro atual não satisfaz ao interesse dos nobres impetrantes.*” V.Ex^a acrescenta: “*A presidência da Assembleia não podia, portanto, ter adotado outra solução, senão em violência ao quanto decidido pelo Plenário, à unanimidade.*”, que foi a decisão daquela questão de ordem que fez.

E, no final do ano passado, dessa feita por intermédio procurador da Casa, Dr. Celso Castro, a Assembleia Legislativa se manifesta nos Embargos de Declaração dizendo seguinte:

(Lê): “*O artigo 30, do Regimento Interno da Casa, estabelece: ‘Na constituição de Comissões assegurar-se-á representação proporcional dos Partidos ou dos Blocos parlamentares com assento na Casa.’*” Diz o procurador, representando a Casa: “*Trata-se, portanto, de um marco temporal fixado a partir de um evento certo, qual seja, o assento na Casa, o que não deixa dúvida de que tal momento ocorre no momento da posse.*” E diz mais: “*Ainda quando se pudesse entender que a hipótese seria de matéria omissa, está patente nos autos de que essa foi resolvida, à unanimidade, pelo Plenário, por aplicação do art. 235 do Regimento, que estabelece: ‘Os casos omissos nesse Regimento serão resolvidos pelo Plenário.’*”

Nesse instante, V.Ex^a invoca o artigo 35 – que nunca foi usado como defesa de V.Ex^a, até porque é incabível nesse momento por se referir à migração partidária. Quando o PMDB saiu da base, houve uma migração partidária, e não de deputado. Quando o deputado Paulo Câmara sai, com um Bloco de oito deputados, não é ele que migra, mas um Bloco parlamentar. Está claro que o art. 35, do Regimento Interno, se refere não à migração de deputado – e V.Ex^a pode lê-lo *in verbis* –, mas à migração partidária, a um Partido inteiro migrar. Se o PR, pela maioria dos seus membros, como permite o Regimento, modificar e for para a base do governo ou da Oposição, tem que se recalcular...Se o PT sair, se o PP resolver sair da base da Maioria, aí se aplica o art. 35, do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Para concluir, é V.Ex^a representando a Casa, e não é dando a opinião que tem, pois, quando representa a Casa, V.Ex^a é o Presidente da Casa representando a decisão unânime dos membros da Casa, e, em nenhum instante, pode ser invocado art. 35, do Regimento, porque ele não cabe nesse caso. V.Ex^a invoca uma questão omissa, porque, conforme diz o art. 235, do Regimento, as omissões são decididas pelo Plenário, V.Ex^a invoca esse assunto, uma decisão à unanimidade do Plenário ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, por favor, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) para dizer que a decisão é do dia da posse.

E quero dizer que o dia da posse também é prejudicial. A questão toda é que daqui a 30 dias quando V.Ex^a migrar, como já está autorizado pelo seu partido, deputado Paulo Câmara, porque o partido dele já está migrando em outra direção, aí o governo volta a ter o problema. O problema não é hoje, é daqui a 30 dias. Agora

V.Ex^a está tendo uma posição divergente da que defendeu na Justiça. É isso que quero mostrar a V.Ex^a, *data vênia* todo o respeito que tenho pelas informações que V.Ex^a traz aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, vou repetir tudo o que disse anteriormente: este Plenário, por acordo, pode passar por cima do Regimento. E, por acordo, foi passado por cima do Regimento. Ou seja, à unanimidade decidiu naquele momento. Só que o deputado Waldenor Pereira questionou o Art. 35 que diz que o Plenário não tem poder, exceto à unanimidade, de passar por cima do Regimento.

A presidência não está interessada se os deputados vão fazer o cálculo aritmético, não compete à presidência. O que tenho que fazer é seguir o Regimento, exceto quando há unanimidade do Plenário. É um assunto tão claro. O Art. 35 é tão claro que quando a Justiça decidiu, nós zeramos e calculamos o dia, ninguém questionou. Quando o deputado Leur Lomanto, Líder da Bancada do PMDB, saiu da base do governo, ninguém questionou. Eu não posso entrar em questão de “A” ou de “B”, eu tenho que seguir o Regimento. O Regimento é claro.

Quando nós fazemos aqui um acordo de dispensa de formalidades ...

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu tenho que aceitar os argumentos de V.Ex^a. Agora se um deputado, só um, da base do governo migrar amanhã, todos os cálculos terão que ser refeitos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, se mudarem os cálculos aritméticos daqui, nós zeramos. Deputado Elmar, V.Ex^a é um deputado que faz cálculo e eu li aqui os cálculos, a diferença é de centésimos, se por acaso amanhã um deputado mudar de lado e modificarem os cálculos, eu sou obrigado a zerar. A diferença é de centésimos. Agora é óbvio vou fazer um apelo que ao invés de três sessões, façamos em uma para que não paremos o Parlamento. Agora eu sou obrigado. O deputado Leur Lomanto não me pediu para zerar, não. Quando a Secretaria da Mesa me informou que com a saída do PMDB modificaria... Por exemplo, vamos supor que o PMN saia da base do governo e não modificarem os cálculos, nós não vamos zerar. Nós só zeraremos se houver modificação nos cálculos, conforme o Art. 35: (lê) “Será sempre revista a representação partidária quando houver modificação nos cálculos.”

O Sr. Elmar Nascimento: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Elmar Nascimento:- Mas o PMDB mudou, não modificando a representação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Modificou.

O Sr. Elmar Nascimento:- (...) e V.Ex^a zerou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, quem indicava pelo PMDB era o deputado Waldenor Pereira. Ele passou a ser indicado pelo deputado Leur Lomanto. Claro que modificou. O deputado Arthur Maia era liderado do deputado Waldenor. Neste momento ele é liderado pelo deputado Leur. Claro que os cálculos foram modificados, o PMDB não indicava nenhum. Porque o PMDB naquele momento não existia como partido, porque ele passou a pertencer a um

bloco, nesse caso depende exclusivamente do bloco.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o último orador inscrito sobre este assunto, deputado Gildásio Penedo. Está encerrado este assunto.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, acho que as questões de ordem já esgotaram o tema. O que está muito claro e é importante que a Casa tenha conhecimento, com todo o respeito que tenho a V.Ex^a, nós estamos nos acostumando, nesta Casa, a cada dia com uma provocação, e o governo age de acordo com a conveniência. A matéria é de uma clareza singular. Foi lido aqui, há pouco, tanto pelos deputados Paulo Azi e Elmar Nascimento uma decisão. O que a oposição questionou? Nós entramos na Justiça, Sr. Presidente, para questionar qual era o lapso temporal para a contabilização das comissões. Nós divergíamos naquele momento. Havia uma divergência explícita, deputado Fábio Santana, naquela época, entre a posição e o governo. A oposição entendia que o lapso temporal era o dia da eleição, o governo lá no início da legislatura entendia que era a data da posse. V.Ex^a fez toda sua defesa nesse sentido, dizendo que o que valeria para o cálculo da composição, para se contabilizar o que o art. 35 determina, era a data da posse. Nós questionamos, fomos à justiça e ela, num primeiro momento, deu causa de ganho à Oposição. O que vale é a data da eleição. V.Ex^a, e é importante que se diga, Sr. Presidente, até por uma questão de justiça, eu sei que é do seu estilo, V.Ex^a se arvora na tentativa de dizer que quis cumprir, que podia recorrer. Nada mais fez, naquele momento, do que cumprir uma determinação legal. Não caberia, através de embargos de declaração que fez a V.Ex^a, o direito de postergar a sua decisão. V.Ex^a era obrigado, deputado João Carlos Bacelar, naquele momento a cumprir a decisão judicial. Portanto, favor não fez à Casa por não deixar de cumprir a determinação judicial. Entrou com os embargos, posteriormente, a justiça anulou, nem no mérito entrou e anulou o julgamento. Portanto, entende-se que o que vale é a data da posse, como defendeu V.Ex^a no passado, como defendeu na sua tese do mandado de segurança e como decidiu o Plenário.

V.Ex^a faz uma confusão, no sentido de querer, de certa forma, justificar sua argumentação. O que diz o art. 35 é muito fácil: quando houver mudança de Blocos Parlamentares é necessário que se faça a reformulação; é verdade e não estamos questionando isso. V.Ex^a terá que fazê-lo toda vez que houver uma modificação de Bloco Parlamentar. O que estamos discutindo é a data referencial que o Plenário da Casa já decidiu. Portanto, eu tenho certeza de que V.Ex^a já está convencido, tem a maioria na Casa e vai usar desse mecanismo para defender a tese que nesse momento interessa.

Agora, nós estamos falando duas coisas distintas, deputado Heraldo Rocha, a data temporal é a data da posse. Em relação à mudança do PMBD, só para dar um dado, não mudava. O PMDB na data da posse tinha 7 deputados eleitos. Então, o que tem que valer é a conta daquele momento em que ele ingressou. O assento, como defendeu a tese do mandado de segurança.

Portanto, eu acho que V.Ex^a tenta, ao justificar a sua tese, a sua defesa no

Plenário, levantar um assunto que já foi vencido. A Oposição defendeu a data da posse, o governo na época defendia, porque naquele momento interessava, deputado Heraldo Rocha, ao governo defender que a data da posse fosse limite, porque tinha o PMDB na base, tinha todos os partidos. Como o PMDB saiu agora, não mais interessa ter essa justificativa, e o governo, como sempre, se arvora dessa maioria constituída na Casa para poder justificar seus atos neste momento.

É, de fato, uma situação contraditória e efetivamente desfaz, e é isso que impressiona, deputado Leur Lomanto, toda a defesa que foi elencada pela Mesa Diretora nesse processo; toda ela é em função do assento, inclusive justifica que assento é assunção que se dá na data da posse. Portanto, V.Ex^a já está convencido, é essa decisão e efetivamente o que cabe à Oposição nada mais é do que reclamar e tentar mostrar a clareza do seu posicionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, antes de encerrar, gostaria de dizer que V.Ex^a comete mais uma vez um equívoco. Primeiro, porque o deputado Leur Lomanto modifica; ele só tinha direito a 4 membros de comissões e agora ele vai ter direito a 10. Então, V.Ex^a, primeiro porque é um advogado, tem que ter estudado para não cometer injustiça. O PMDB, no bloco, tinha direito a 1 em cada comissão, que daria 4 nas comissões da Base do Governo. Agora ele tem direito...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Na hora em que ele forma o Bloco do Governo, poderia o governo colocar todos os membros do PT, porque o Regimento determina que na hora que se forma o bloco, V.Ex^a deixa de ter prerrogativa de Líder...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a às vezes vai no raciocínio de defender. Como é que você diz que o PMDB tinha 7? PMDB tinha 6: deputado Arthur, deputada Maria Luiza Laudano, deputada Maria Luiza Carneiro, na posse tinha 7 deputados, só que 7 tem direito a 1. No Bloco do governo faziam os cálculos, e no Bloco da Oposição como independente, pois o PMDB está como independente. Então, o PMDB tem direito a 1 em cada comissão. É só fazer os cálculos. Eu asseguro aqui: se houver alguma modificação que altere os cálculos, nós faremos.

Agora, quero dizer com muita clareza: mudança de Regimento aqui só por unanimidade. A tradição, deputado... E V.Ex^a foi Líder do governo, gostava muito desse critério. Hoje, que está fazendo oposição, diga-se de passagem, um grande parlamentar na Oposição, já está com outro critério. Eu como presidente tenho apenas de cumprir o Regimento, a tradição desta Casa.

Está encerrado este assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, o deputado João Carlos Bacelar, para falar pelo PTN.

Peço desculpas a V.Ex^a, pois infelizmente os deputados debateram constantemente esse assunto.

Concedo-lhe a palavra pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou muito feliz com a oportunidade que o Líder da Maioria me dá para mostrar mais uma vez a miopia desse governo e a mania que essa administração tem: para justificar a

sua mediocridade e a sua incapacidade, atribui erros ao governo passado.

O Líder governista trouxe hoje a esta Casa dados da Firjan, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, e, segundo a análise do governo, neles se mostrava uma falha da gestão Paulo Souto, uma queda nos índices do último ano dela.

O Sr. Líder do governo, que é dado a estudar pesquisas até pela sua formação acadêmica, teria a obrigação de dizer que os dados que ele trouxe aqui são referentes ao desenvolvimento municipal, isto é, ele cita uma pesquisa com recortes municipais que traz o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Então, ela envolve dados de serviços e funções dos governos federal, estadual e municipal, mas prioritariamente deste último.

A despeito desse erro, do desvio na pesquisa o qual o Líder da Maioria não levou em consideração, porque os dados que trouxe se referem a 2005/2006, os verdadeiros, deputado Waldenor Pereira, quando se pega 2000 a 2006, mostram uma variação de 17%. Essa foi a variação positiva no governo Paulo Souto, e com dados bastante alentadores, como é o caso da educação, com uma variação positiva de 28,2%. Ao contrário do que ocorreu com o incompetente secretário Adeum Sauer, que criminosamente o governador deixou por 2 anos e meio à frente da secretaria. Não construiu uma sala de aula sequer. Não havia aula. Não há, até hoje, aula na rede pública baiana.

Na saúde, deputado Heraldo Rocha, o índice positivo, a variação positiva foi de 4,8%. São esses dados os dados verdadeiros, mas o governo atual é da mentira, além da mediocridade e da incompetência.

Como o governador não tem tempo para ler os relatórios das secretarias porque o governador só pensa na política baixa, na politicagem e na cooptação de deputados, é levado várias vezes ao erro. Como o governador não conhece a realidade da Bahia, como o governador não administra o Estado, como o governador não tem autoridade sobre determinadas secretarias, o governador constantemente omite dados. O governador constantemente mente à população baiana, apresentando dados que não são verdadeiros, como esses agora. Pegam uma pesquisa municipal, e acho que o professor Waldenor, que infelizmente não está aqui, professor de economia, esquece e traz uma pesquisa dizendo que os índices do governo Paulo Souto decresceram, que a Bahia perdeu posições, quando não é verdade. A pesquisa diz respeito aos municípios brasileiros, com inserções em vários serviços do governo federal. Tem também funções do governo estadual, mas, preponderantemente, a pesquisa se refere a atribuições dos municípios brasileiros.

Toda vez que o governo é desnudado, quando é mostrada publicamente a sua incompetência, deputado Heraldo Rocha, eles apresentam dados requentados, que já foram várias e várias vezes trazidos à opinião pública, querendo desmerecer o governo passado, que foi marcado e é reconhecido dos baianos pela competência, diferentemente do governo do Sr. Jaques Wagner. O governo do turismo, do descontrole nas contas públicas, o governo da falta de segurança, de educação e de saúde.

Eu queria que o governador Wagner e o seu governo apontassem um emprego

criado na Bahia, a não ser para os seus companheiros do PT, a não ser para a companheirada. Aí, sim, são pródigos. Hoje mesmo, o deputado Misael denunciou aqui que o avião que serve ao governador é utilizado para os comícios do que o grande jornalista Fernando Azevedo chama de “petralhada”. É para isso que é usado o avião pago com o dinheiro do povo baiano. É para a politicagem de Wagner e seus companheiros.

Quero contestar a resposta, as desculpas do professor Waldenor, um acadêmico respeitado, cientista, que no afã de servir ao governo traz uma pesquisa que diz respeito aos municípios brasileiros para dizer que eram índices do governo Paulo Souto.

Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Bacelar, que pesquisa! De 2006, da Firjan. Eu nunca ouvi falar nessa pesquisa, mas acredito que essa manifestação do nobre Líder do governo, professor Waldenor, deve ter sido para compensar o que disse o governador em Jequié, condenando o curso de medicina de Vitória da Conquista. Eu tenho ciência de que o curso de medicina de Vitória da Conquista é um dos melhores, e isso é dito por médicos, pelo diretor, inclusive de um hospital de Salvador que por questão ética não direi o nome. Acredito que deve ter sido isso o que levou o professor Waldenor a apresentar essa pesquisa requeitada da FIRJAN.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Heraldo Rocha, obrigado pelo aparte.

Volto a dizer que esses dados se referem aos municípios, mas com o desgoverno incompetente e medíocre que se instalou na Bahia, com certeza, esses números estarão piores quando fizerem referência a 2007, a 2008, a 2009 e a 2010, com certeza o ano em quem os baianos se livrarão deste grupo que se apoderou da máquina pública do Estado da Bahia apenas para se manter no poder e empregar os seus apaniguados, parentes e companheiros.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou representante do Bloco PDT/PSC/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

Com a palavra o nobre Líder do PR , para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, falarei por todo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores da imprensa, senhores que nos honram com suas presenças e teleouvintes da *TV Assembleia Legislativa*, gosto muito do debate político.

Meu caro deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a trouxe a esta Casa a experiência de uma das Câmaras mais importantes do Brasil, pois foi um vereador atuante e, se

não tivesse sido, não estaria aqui como deputado. Adianto-lhe, tenho um pouco mais de tempo nesta Casa, que pode este governo ou este momento político ter inúmeros equívocos, mas nunca tivemos oportunidade de discutir tanto e com tanta autonomia como estamos tendo agora. É a liberdade absoluta, de expressão, de palavras, de visão, de entendimento político.

O discurso que fiz aqui há um tempão, logo quando cheguei, não é muito diferente deste que faço agora e do que irei fazer daqui para frente. Represento nesta Casa uma das regiões mais pobres do nosso País, da nossa Bahia, represento o Nordeste e o Semi-Árido, o coração do Semi-Árido brasileiro. Confesso-lhes que a dívida dos Poderes constituídos, federal e estadual, continua enorme para com a nossa região.

Já vi, já ouvi, já participei e já debati com discursos de Oposição e Situação. Criticar quem está no governo, trazer os problemas, a demanda reprimida é muito fácil, mas resolvê-los são outros quinhentos, é como se diz no interior. Continuamos tendo problemas com abastecimento de água, continuamos tendo problemas com estradas, continuamos tendo problemas com a saúde, continuamos tendo problemas com a educação. E soma-se isso há muito. Ainda não vi a solução mágica imediata.

Aqui sempre coloquei as questões, o que a nossa região precisa e pouco foi feito até agora. Não é um ano, não são dois anos nem três. Estou nesta há décadas, duas décadas e um pouco mais, 22, parece até o meu número como candidato que é 2222.

Então, V.Ex^a com o entusiasmo do primeiro mandato, na Oposição, se houver revertério os que estão hoje dizendo que o governo está bom, são os mesmos que vão dizer aqui amanhã que o outro governo está ruim. Mas é porque é a necessidade do povo, meu caro, e o convite a minha região continua.

O governador Paulo Souto perdeu feio na minha região porque não atendeu a demanda da população. Perdeu em Juazeiro, perdeu em toda a região porque não fez as estradas que eu tanto coloquei aqui nesta Casa, porque sempre tive autonomia para colocar, defendia o governo Paulo Souto. Nunca ninguém me viu vir falar de governos anteriores aqui nesta Casa. Nunca falei do governador Waldir Pires, nunca falei do governador Nilo Coelho, do governador Paulo Souto, César Borges, Paulo Souto novamente, coloco aqui as necessidades da minha região porque ainda não tive a oportunidade de neste Parlamento representar o cérebro da população, ainda represento o estômago. O estômago significa mais um posto de saúde, mais um hospital, mais energia elétrica, mais um poço, mais uma adutora. Foi para isso que vim aqui, não foi com outra missão. Nunca entrei no embate ideológico e político-partidário, eu quero ver se acontece. Houve avanço? Houve avanço no governo passado e neste também. Se formos comparar pela questão do tempo, talvez este governo ganhe na nossa região.

E vou levantar dados para não ser leviano, para não ser ingrato, para ser correto, estou fazendo levantamento a partir de Juazeiro, que é a cidade onde tenho o meu domicílio eleitoral, é a cidade onde tenho 30, 40% das minhas eleições, foram seis, e vou levantar este debate. Em Juazeiro, o tempo que milito na política e

represento aquela cidade, fui aliado de muitos prefeitos, contrário a outros, nunca deixei de colaborar com administração nenhuma, até com os meus adversários históricos em Juazeiro, mas nunca foi assinado um contrato no valor de 100 milhões de reais, deputada Eliana. Não é questão de protocolo de intenção, não. Não é questão de autorização para estudo de viabilidade, porque vi muitas vezes sair caravanas de deputados, governadores, senadores em interior assinar protocolo de intenção que até hoje não aconteceu, apenas para matéria midiática. Foram 100 milhões para a construção de 2.500 casas em Juazeiro, com a ordem de serviço assinada em Juazeiro, recurso oriundo da Caixa Econômica Federal, parceria do governo federal, do governo estadual e do governo municipal.

Em Juazeiro temos um projeto em andamento, contratado no governo anterior, no valor de 65 milhões que a prefeitura não tinha condição para a sua contrapartida. Sabe quem deu a contrapartida? O governo Jaques Wagner. Foi o governo do Estado que colocou os seis milhões que era de direito da Prefeitura Municipal de Juazeiro para que 95% da população de Juazeiro, dentro em breve, tenha saneamento.

A Saúde ainda é problema no Brasil e é problema em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, na capital federal, não é diferente em Salvador e não poderia ser diferente em Juazeiro, o governo investiu 30 milhões de reais no hospital para atendimento de medicina de alta complexidade.

Estive segunda-feira no hospital como médico, como deputado para ver se os serviços comprometidos e prometidos estavam sendo implementados. Ainda faltam alguns, mas já há um cronograma para que se instale atendimento da mais alta complexidade, não para atender somente a Juazeiro, mas para atender toda a região, porque era um déficit muito grande em relação a questão da saúde pública em Juazeiro e na região, fora PSF, poços, energia solar, energia elétrica.

Nós tínhamos um problema herdado do governo anterior que era a questão da ponte. No meu retorno a esta Casa foi o primeiro pronunciamento que fiz e trouxe fotografias para mostrar um fato concreto e absurdo em que se construiu o lado de Pernambuco e não se fez o lado da Bahia. A empresa já está instalando o canteiro, a licitação já foi feita, em torno de 10 milhões e 400 mil reais, a primeira parcela já está na conta da empresa para fazer a duplicação da ponte em Juazeiro. Então vamos discutir números.

Volto a dizer, sou deputado distrital, não sei se no Extremo Sul da Bahia está assim. Não sei, deputado Heraldo Rocha, se no Baixo Sul, que V.Ex^a tão bem representa nesta Casa... Mas falo do meu lado. Então, cabe às lideranças cobrarem efetivamente. Cabe à representatividade cobrar, porque é esse o papel do deputado, o papel do político. É para isso que o povo nos coloca aqui. E eu vou trazer números concretos e reais em relação ao debate. Olha, justiça seja feita, são dois anos e pouco de governo. Não são dez anos, não são vinte anos, não são trinta anos, não são quarenta anos. Não estou dizendo aqui que tudo está as mil maravilhas.

Recentemente, levamos para Juazeiro, para amparar ação da Segurança Pública – para a Polícia Militar e Polícia Civil – cinco viaturas novas. Juazeiro foi contemplado com novos policiais militares. E acredito ainda que este governo...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Aqui faço uma cobrança, para concluir, com a tolerância de V.Ex^a, deputado Aderbal, vamos nomear os delegados, mesmo que seja em parcelas, haja vista que há um número grande de delegados concursados prontos, aptos a exercer a função, e nós precisamos na nossa região de mais delegados. Que contrate vinte, 25, trinta... Deixe outros para amanhã, depois... Sei que o impacto financeiro é grande. Tenho responsabilidade quando coloco as coisas aqui na tribuna desta Casa.

Portanto, caro deputado João Carlos Bacelar, que não está presente aqui neste momento, vamos para o debate correto, sincero, para que as coisas aconteçam no interior da Bahia, em especial na minha querida região de Juazeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP /PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a deputada representante de Feira de Santana Eliana Boaventura pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, para mim é um prazer enorme estar nesta tarde, fim de tarde, tarde-noite, deputado Pedro Alcântara, mas eu tinha obrigação de estar aqui, nesta tribuna hoje, agradecendo ao governador Jaques Wagner, em nome do Partido Progressista, como vice-líder do Partido, pela confiança de, mais uma vez, fazer com que possamos participar como sócios de um governo que está fazendo pela Bahia, está trabalhando, mostrando realmente o trabalho que as pessoas querem para desenvolver este Estado. Agradecer ao secretário da Infraestrutura João Leão, parabenizá-lo. Acho que o governador fez uma excelente escolha quando recaiu sobre João Leão essa missão, porque é uma missão na realidade, um deputado federal atuante, um deputado que vem trabalhando pela Bahia, vem trabalhando e ajudando o governo Luís Inácio Lula da Silva, e que vem demonstrando a sua capacidade de aglutinar em torno de si pessoas sérias, comprometidas. Ajudar o governo do Estado da Bahia para nós é um grande prazer.

Não poderia deixar de falar da sua primeira ação, que foi em Feira de Santana, já no sábado, quando uma reivindicação nossa, um pedido nosso, uma ponte que ceifou a vida de oito pessoas entre Feira de Santana e Coração de Maria, e precisava realmente de uma nova ponte. Levamos o secretário João Leão, já no sábado, a Feira de Santana, onde ele visitou, na companhia também do secretário da Agricultura Roberto Muniz, e onde pode verificar *in loco* o quanto é importante... Já está no Diário Oficial a licitação para a construção da nova ponte de Feira de Santana e

Coração de Maria, o que nós queremos agradecer ao governador, queremos agradecer ao secretário e dizer que tanto Coração de Maria como Feira de Santana agradecem a ação enérgica de um governo e de um secretário que chega com vontade de servir à Bahia, de ajudar, de fazer com que as coisas possam acontecer cada vez mais pela Bahia.

Aqui, ouvimos alguns oradores que me antecederam e que falavam em segurança pública, que é uma questão que nos preocupa, deputado Gilberto Brito, não só aos deputados como ao governo. E com relação ao governador Jaques Wagner, tive a oportunidade de ouvi-lo diversas vezes, quando ele colocava a sua preocupação, ele não se exime de ser o condutor dos destinos da Bahia, mas é uma questão muito mais grave e muito mais séria, é uma questão que vem embutida com a violência, que é a questão social.

Em relação à concentração de renda, um Estado onde existe uma concentração de renda tão grande quanto a Bahia, que é o Estado que está em primeiro lugar em relação à concentração de renda em nível de país, sabemos que a violência está justamente na camada da população mais pobre. Dizemos sempre que essa violência e essa marginalização têm cara e cor e também classe social.

Outro dia, ouvi o delegado-chefe dando algumas explicações e falando que, quando ia às favelas, chegava e encontrava lá o negro, as mulheres pobres, a pobreza, realmente, com o *crack* que agora se vende a um real. Custava vinte reais uma pedra de *crack* e, agora, se compra a um real. E se coloca a juventude sem ocupação, essa é nossa realidade, para estar junto com esses que fazem o tráfico, que ganham o dinheiro e que matam a sociedade.

Acho que a questão da segurança pública, da violência, não passa apenas pelo governo do Estado, lógico que passa, e é obrigação primordial, mas passa também pelo município, pelo país, passa em nível mundial, e estamos sentindo hoje, mas passa principalmente pelo núcleo maior, que é a família. E precisamos começar a ter uma sociedade melhor, começando a dar mais educação! E isso o governador Jaques Wagner tem feito, combatido o analfabetismo! Tem feito com que pessoas que nunca tiveram condições de ler possam hoje estar em suas casas lendo e ajudando aos seus filhos a ter uma sociedade mais justa.

Então, é preciso analisarmos com toda frieza, sem essa coisa do partido. Digo sempre que o partido serve como instrumento para servirmos à sociedade, jamais colocando os partidos acima dos problemas da sociedade.

Não poderia deixar aqui também de agradecer ao governador Jaques Wagner pela consideração, pelo momento e por ele ser a pessoa que ele é, realmente, um republicano, um democrata, quando dá oportunidade àqueles que estavam na suplência e que não estavam no seu palanque eleitoral, essa é a minha realidade, é a realidade de Jairo Carneiro, a quem quero parabenizar, parlamentar ético, sério, que ajudou muito a Feira de Santana, foram cinco mandatos de deputado federal e, agora, com ascensão de Leão a uma secretaria, já assumiu o seu mandato de deputado federal.

Em outros tempos bem recentes, deputado Gilberto Brito, jamais o suplente de

deputado federal ou deputado estadual que não estivesse no palanque daquele grupo que ganhou as eleições, estaria assumindo o seu papel no Parlamento estadual ou federal!

Não posso deixar de agradecer e de dizer que o governador tem demonstrado o que é ser democrata, uma pessoa humanizada, séria, que vem trabalhando pela Bahia. Não posso deixar de dar este depoimento e dizer que me sinto muito à vontade, Srs. Deputados, em fazer parte do governo Jaques Wagner, governo sério, comprometido com os problemas sociais da Bahia, na transformação e como consequência também do presidente Lula.

Ontem, o deputado Waldenor fez um discurso que para mim foi um dos discursos mais brilhantes aqui desta Casa, no qual lembrava quando o presidente Lula assumiu e fazia um comparativo – e só por isso já estaria justificado o presidente Lula estar administrando essa Nação – de quando se brigava para que o trabalhador tivesse um salário mínimo equivalente a US\$100, que era apenas US\$70, e hoje passa dos US\$ 200. E queremos mais para o trabalhador brasileiro!

Por isso e por outras razões, estamos aqui, nesta tarde, agradecendo ao governador Jaques Wagner pela maneira com que se conduz a política na Bahia, porque é disso que precisamos, e não, Srs. Deputados, de grupos políticos, aos quais a pessoa serve durante uma vida inteira e, quando ela assume o mandato, diz-se que vai ter o mandato cassado, como fizeram, em Feira de Santana, os principais líderes de um determinado partido com um deputado federal, que, com cinco mandatos nesse partido, trabalhando por Feira de Santana e ajudando a ela, foi ameaçado por esse mesmo partido de ter o seu mandato cassado. Não é dessa forma que se faz política!

De parabéns, pois, o governador Jaques Wagner! Aprendemos muito mais com as pessoas que usam a democracia, a conversa e o diálogo do que com aqueles que querem continuar governando com truculência e fazendo que a ditadura seja mais forte do que a democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar, ou indicar orador, pelo tempo de nove minutos. (Pausa.) Não havendo orador a indicar, com a palavra o Líder da Minoria ou do Democratas para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu próprio falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 9 minutos..

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da Rádio Oposição, em primeiro lugar, quero informar aos internautas que acessam o nosso *site*, www.heraldorocha.com.br que podem acessar também o nosso *twiter* e o da Bancada de Oposição, que é a nossa ferramenta mais nova na Internet.

Sr. Presidente, no meu comentário desta semana, digo que este governo é um

balcão de negócios. E por quê? Raciocinem comigo, Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*: mudaram os titulares de mais de oito secretarias do Estado, cujos cargos, em sua maioria, eram ocupados por parlamentares estaduais e federais. Imaginem como é que se encontram essas secretarias – chefe de gabinete, diretor- geral, responsáveis pelo planejamento, pelo orçamento! Imaginem aquelas pessoas, que estão com medo de perder seus cargos, arrumando suas gavetas já no final do ano! Como é que fazem o planejamento para o ano que vem? Em abril, a maioria dos Srs. Secretários e mais algum chapa-branca – os quais, segundo se comenta, estão no interior, viajando de jatinho, fazendo campanha – sairão candidato a algum cargo eletivo. Fiz umas contas por baixo, e, aproximadamente 10 secretários serão candidatos a deputado nas próximas eleições. É triste, é tenebroso esse quadro administrativo da nossa Bahia.

Se o nosso governador, Jaques Wagner, estivesse fazendo ao que outro dia assisti, numa palestra do ex-governador Paulo Souto, uma compatibilização ou uma adequação entre a gestão pública e a política em que trabalhasse essas duas vertentes, até que se poderia acreditar nos péssimos índices desse governo. Mas ele não está fazendo isso, só faz política. Ele não faz outra coisa a não ser cooptar deputados, negociar secretarias. Inclusive estão usando até o termo “porteira fechada”. Não sei se os senhores sabem o que é “porteira fechada”. É quando um secretário toma posse e ele exige todos os cargos daquela secretaria. A que ponto chegou a Bahia!

O nosso governador foi à querida terra do meu particular amigo Isaac, Jequié, e lá ele criticou o curso de medicina de Vitória da Conquista. O nosso presidente do Democratas, o ex-governador Paulo Souto, rebateu as críticas que Wagner fez ao curso de medicina de Vitória da Conquista e também à Uneb. Interessante que o curso de Medicina de Vitória da Conquista, todos sabem que sou médico e professor, e eu conversava outro dia com um diretor de um hospital de grande porte de Salvador e lhe perguntei se tinha informações sobre o curso de Medicina de Vitória da Conquista, e ele fez os maiores elogios ao modelo do curso que estão desenvolvendo em Vitória da Conquista.

Soubemos também que o Excelentíssimo governador falou da Uneb. A Uneb é *multicampi*. A Uneb tem prestado grandes serviços à Bahia. A Bahia é um dos poucos Estados da Federação que tem 4 universidades estaduais mantidas pelo governo do Estado. Então eu queria dizer ao Excelentíssimo Sr. Governador que parasse, colocasse uma assessoria para cuidar dessa parte e administrasse o nosso Estado.

Estão fazendo uma propaganda enganosa, mentirosa sobre a área da Segurança Pública, na televisão. A situação no interior é de viaturas empurradas pelos policiais porque não têm combustível. Os policiais não têm estrutura para trabalhar, tanto o militar quanto o civil. Assistimos nesta semana, numa audiência pública requerida pelo deputado Júnior Magalhães e promovida pelo deputado João Carlos Bacelar, em Candeias, ao depoimento dos vereadores de diversos partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores de Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, São Sebastião do Passé, dizendo que a situação da segurança é grave.

Morrem, em cada fim de semana na Bahia, assassinados, jovens, negros,

analfabetos e pobres. E, recentemente, recebi uma pesquisa da Unicef, olhem que dado impressionante: morrem por dia assassinados, 16 jovens de 15 a 24 anos. Por dia, 16 jovens mortos por homicídio! Estamos fazendo um levantamento também de um dado muito importante dos confrontos entre policiais e bandidos, são os autos de resistência, que não saem nas estatísticas porque “reagiram contra a polícia”, estamos levantando isso também.

Estamos preocupados com a situação da saúde. Atingimos o maior índice da nossa história e do País: 199% a mais de incidência da dengue na Bahia. Mais de 50 pessoas morreram de dengue! Também há a meningite, principalmente a meningocócica, que é a mais grave, com altos índices na estatística do boletim da Secretaria da Saúde.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo mais uma vez a V.Ex^a, aos meus pares e aos teleouvintes que a Bahia se tornou um balcão no qual são negociadas as diversas secretarias. Até hoje não conseguiram um candidato para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que virou, também, meu presidente, um negócio para este governo.

Qual partido assumirá essa secretaria? Triste Bahia! O Partido dos Trabalhadores e os seus coligados transformaram o nosso Estado em um balcão de negócios.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador por 9 minutos.

O Sr. Isaac Cunha:- Sr. Presidente, falarei por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Isaac Cunha por 5 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, presentes às Galerias, funcionários desta Casa, de forma até sentida sou obrigado a fazer este pronunciamento, tendo em vista o amor que tenho pela minha cidade.

Quero registrar aqui como se encontra Jequié atualmente, na gestão do PMDB. Está um caos! A cidade está totalmente abandonada.

Na quinta-feira, deputado Bira Corôa, participei de uma sessão na Câmara de Vereadores, e estavam lá três movimentos pedindo o *impeachment* do prefeito. Vejam a que ponto chegou a gestão do PMDB: já estão pedindo *impeachment*!

Quero dizer, apesar da amizade que se possa ter com o prefeito, que não podemos permitir que a nossa cidade viva um caos nesta gestão. Estavam lá 49 agentes de endemias que foram demitidos naquele dia, alguns por telefone. Também estava lá uma empresária, uma senhora, que reivindicava porque uma licitação foi feita e outro grupo ganhou sem atender o edital. Repito, pediam o *impeachment*.

Outro grupo maior de servidores estava naquela Casa reivindicando e lutando por conquistas importantes que foram retiradas pelo prefeito do PMDB. Foi um ato que, inclusive, reduziu salários de diversas categorias de servidores do município. Essa foi a Jequié que encontrei, deputado Bira Corôa, na quinta-feira à noite na

sessão da Câmara.

Tem mais. Participei, sexta-feira pela manhã, de uma conferência de assistentes sociais daquela cidade e região no auditório de um colégio estadual, que estava lotado, com mais de 500 pessoas. Pois bem, o prefeito chegou e foi convocado para compor a mesa, quando foi recebido com vaias. E isso aconteceu por conta das ações nefastas de uma gestão que tem penalizado os servidores do município. Ainda no sábado, em outro encontro realizado na Câmara de Vereadores, uma audiência com servidores e a comunidade, foi programada uma paralisação para segunda-feira, e ocorreu tal fato na segunda-feira. O governador chegava a Jequié para uma aula inaugural do curso de medicina que ele sancionou há pouco tempo, e nós sentimos, na universidade, o sentimento dos universitários com relação à gestão pública.

Esse é o modelo de gestão que o PMDB quer implantar na Bahia? O modelo que está implantado pelo PMDB em Jequié é o pior que aquela cidade pode encarar. Nesses mais de 30 anos que estou lá, simplesmente nunca vi algo parecido, a não ser quando a gestão do PFL queria privatizar a Embasa. Eu vi algo dessa natureza quando o povo se mobilizou contra a privatização da Embasa, que era monitorada pelo PFL naquele município. É este modelo que nós queremos para a Bahia? É este modelo que os Democratas querem implantar na Bahia? É este modelo que o PMDB quer implantar na Bahia? Não, nós não queremos essa gestão em nosso município, caro deputado Bira Coroa.

Então, ficam aqui os meus protestos de uma gestão pífia que tem trazido o caos para o nosso município, e diferentemente do PMDB e do PFL, hoje DEM, que quer dizer que o nosso governo tem feito uma gestão para mudar a Bahia, com toda a dificuldade que tem encontrado, com toda a diversidade encarada. A Bahia tem buscado um novo rumo para que possamos ter uma Bahia digna, uma Bahia onde seu povo se sinta, de fato, contemplado com o governo que nós queremos para a Bahia.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ISAAC CUNHA:- Com o aparte o deputado Leur Lomanto.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O tempo de V.Ex^a está esgotado, nobre deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Caro deputado, sinto dizer, mas eu tinha permitido os outros 05 minutos e o tempo já se esgotou e eu te devo outra.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Quero solicitar a gentileza do deputado Bira Coroa, já que o deputado Isaac fez um pronunciamento agora relacionado a minha querida cidade Jequié, peço a boa vontade do deputado Bira para que possa apartear no tempo do deputado Isaac só para tratar desse assunto.

Sr. Presidente, o deputado Isaac, hoje, declarou da tribuna desta Casa que houve uma manifestação na Câmara de Vereadores pedindo o *impeachment* do prefeito Luiz Amaral do nosso partido, PMDB. E, eu queria questionar o deputado Isaac: quais são os motivos que levaram, motivos jurídicos que levam a fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Nobre deputado, peço a V.Ex^a para resumir, encaminhar a sua questão de ordem porque o tempo está esgotado para o encerramento da sessão.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Só quero deixar claro que a movimentação que houve em Jequié foi paga, inclusive, segundo fontes que nos informou, pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Progressista que, não conformados com a perda da eleição no pleito municipal passado, tentam agora fazer movimento desse tipo para desestabilizar o governo do prefeito Luiz Amaral que, sem sombra de dúvidas, tem encontrado dificuldades, assim como os demais prefeitos do interior da Bahia, mas vem realizando uma administração séria, honesta e competente, e temos certeza que ao final do seu mandato, - um governo não pode ser julgado apenas em oito meses, - será julgado como um dos melhores prefeitos de Jequié.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Eu gostaria de consultar os Srs. Deputados se concordam com a prorrogação da sessão por 04 minutos, para que o deputado Bira Coroa possa fazer o seu pronunciamento. (Pausa) Está prorrogada a sessão pelo tempo de 04 minutos, tempo suficiente para V.Ex^a.

Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Está prorrogada a sessão pelo tempo de 4 minutos, tempo suficiente para V.Ex^a proferir o seu discurso, nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Obrigado, nobre presidente, obrigado a todos os deputados por essa concessão.

Eu não poderia deixar de me pronunciar nesse espaço de tempo, mesmo curto, para trazer também a esta Casa uma denúncia, nobre presidente, que vai de encontro ao processo democrático que está vivendo a Bahia e o Brasil. O governador Jaques Wagner tem dado exemplo de democracia, de forma de tratar e de conduzir uma política aberta, ampla, com a participação popular, com a ação, intervenção e respeito a todas as forças políticas desse Estado. Fato inédito, nobre presidente, porque antes se conhecia a Bahia como a do chicote, a Bahia do ferrão, a Bahia de um dono, e hoje temos um governador que tem criado condições de avanços democráticos em todos os setores.

Trago uma denúncia que anda na contramão desse processo. Por exemplo: ao contrário da movimentação do país inteiro que é de ampliar, de resgatar a autonomia das Casas Legislativas ao definir o número complementar de vereadores nessas Casas, isto porque foi cerceado esse direito das Casas Legislativas, em função de uma ação judicial que ora tramita, e já houve a conquista de muitos avanços nesse processo, a Câmara de Vereadores de Eunápolis tem ido na contramão, ferindo a

legislação, porque lá a população comporta, exatamente, 11 vereadores, e eles querem reduzir como forma de castrar o direito democrático de expressão e de posição de um vereador que tem feito um trabalho sério, íntegro na defesa dos interesses do povo de Eunápolis, que é o vereador Lucas Leite.

Então, automaticamente, como uma ação de tentar castrar o direito de condução democrática, se vê uma ação puxada por um conjunto de vereadores e conduzida pela Presidente da Câmara, que atende a um pedido do prefeito de forma mesquinha e, acima de tudo, antidemocrática.

E para completar, Sr. Presidente, no dia de ontem aconteceu também, numa outra cidade do Estado da Bahia, uma ação conduzida por aqueles que ainda não compreenderam o que é democracia, também numa Casa Legislativa, onde o presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus, repetindo um ato de racismo. Nesse Plenário eu o denunciei quando houve um ato de racismo contra o povo de santo daquela cidade, e ontem ele foi de encontro aos fiéis de forma agressiva, pejorativa, contra o vereador Ailton, chamando-o de negro, de malandro e outros termos que lá foram utilizados, o que gerou inclusive uma ação policial, porque o vereador teve que fazer uma denúncia.

Hoje estava sendo ouvidas, além dele várias testemunhas que estiveram presentes, mostrando que esses setores, mesmo sendo Casas Legislativas, ainda não compreenderam o valor, a importância da democracia.

Aqui fica aqui o meu registro de protesto contra essas ações, porque a Casa Legislativa é o espaço democrático de construção da sociedade igualitária, de consolidação dos direitos. E não se pode permitir que ao se assumir Casas Legislativas, tanto em Eunápolis quanto em Santo Antônio de Jesus, não se tenha a compreensão macro e o respeito pelo processo democrático de assegurar os direitos constitucionais.

Por isso fica aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Ordem do Dia.

Não havendo nenhuma matéria constante na Ordem do Dia, dou por encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*

